

BOLETIM COOPERATIVISTA
O COOPERATIVISMO NAS EX-COLÓNIAS

João Salazar Leite

BOLETIM COOPERATIVISTA
O COOPERATIVISMO NAS EX-COLÓNIAS

João Salazar Leite

1. INTRODUÇÃO

No levantamento que fiz para poder escrever os livros sobre as participações de António Sérgio e de Ferreira da Costa no Boletim Cooperativista ⁽¹⁾ deparei-me com vários artigos e notícias sobre o cooperativismo nas nossas antigas colónias de Moçambique e Angola.

A presente reprodução e os comentários a esses artigos e notícias tem o propósito, primeiro, de contribuir para uma história que um dia se possa vir a fazer desse período colonial cooperativo.

Hoje países independentes há décadas, o que se passou quando eram antigas colónias de Portugal é já visto como parte da história dos seus povos, história assumida sem complexos, porque o tempo não tem retorno, e deve servir para fazer refletir os atuais dirigentes cooperativos e os interessados na temática da cooperação sobre o que foi, quem dele fez parte, e que evolução aconteceu ao cooperativismo nos respetivos países.

O Boletim Cooperativista cessa a sua publicação por alturas da independência dos países africanos lusófonos. Publicou-se entre 1951 e 1975.

Desde essa altura, iniciou-se uma nova fase de relacionamento entre ex-colonizados e ex-colonizador, e tal como sucedeu a Portugal, também nas ex-colónias outros países quiseram vir apoiar o desenvolvimento cooperativo, casos da Suécia, Holanda, Estados Unidos, Brasil ou Canadá. Sobre esse período existem algumas informações, mas que não são objeto de levantamento por este trabalho. Nessa fase houve contactos esporádicos, mas foi natural que não houvesse uma institucionalização dos mesmos.

Há mais de duas décadas (formalmente, através de uma associação de direito português em 1997, mas informalmente desde 1991) o Incoop - Instituto António Sérgio para o Sector Cooperativo, passou a dialogar com os movimentos organizados das ex-colónias, ou com os departamentos governamentais que tutelam o cooperativismo, no seio da OCPLP - Organização Cooperativista dos Povos de Língua Portuguesa (de Povos para Países desde 2009, como decidido na Assembleia realizada em Porto Alegre, no Brasil). Esse relacionamento é feito de abertura e diálogo franco ⁽²⁾.

A história ajuda a compreender muita coisa no relacionamento entre todos, mas a informação e a dialética não podem deixar de ser vistas como veículos de progresso e desenvolvimento. E as novas tecnologias, hoje um portal da OCPLP, permitirão um ainda maior diálogo, e a aproximação, que se quer perene, através da criação de uma escola de formação cooperativa lusófona que se deseja ver implantada em Angola, atenta a sua centralidade.

Da OCPLP espero que me cheguem contributos informativos sobre se as cooperativas aqui faladas ainda existem, respostas a dúvidas que no texto levanto, sinais sobre a evolução havida nos respetivos países após a independência. E, claro também, nas ex-colónias não noticiadas pelo Boletim Cooperativista, informações que permitam concluir se Portugal atuou no domínio cooperativo de uma só forma em todas elas, ou se houve políticas diferentes em função dos espaços geográficos em que se manifestou a presença portuguesa.

Mas os artigos do Boletim servem ainda para verificar como é que a doutrina e os princípios foram vistos e praticados no continente africano. Portugal reproduziu em África o seu modelo cooperativo, ou foi capaz de perceber que, como acabo de dizer, em cada latitude especificidades próprias poderiam conduzir a adaptações nesse modelo?

Os artigos demonstram também que, tal como sabemos ainda hoje acontecer, não foram, como atrás referido, apenas portugueses os que já nas décadas de 50 a 70 do século passado se interessaram por, através do cooperativismo, preparar e, diga-se sem problemas, aproveitar numa ótica de negócio para os países respetivos, os anseios e necessidades dos povos habitantes dessas paragens. Quer em Moçambique, quer em Angola, pelo menos, o cooperativismo surge interligado com os arautos do conceito de extensão rural e empoderamento das populações autóctones.

Finalmente, os artigos permitem constatar que, em Moçambique, o cooperativismo avançou por áreas em que na então Metrópole o cooperativismo 'emperrou'. Terá estado perto de se tornar realidade um banco cooperativo naquele território, que só a independência terá impedido, ao trazer os seus mentores de volta a Portugal. Ainda cheguei a ser pessoalmente contactado por eles uma vez regressados, quando era responsável pelo Departamento de Estudos do Incoop, e um colega meu, Manuel Vitorino Queirós, chegou a desenvolver um estudo a que chamou projeto Bancoop, com base nos trabalhos de Oliveira Nunes, mas o Banco cooperativo, que fazia parte do 'caderno reivindicativo' inicial de Sérgio ⁽³⁾, continua a não ser autorizado pelo Banco de Portugal, diga-se que ao arrepio do normativo constitucional e, porventura, com nefastas consequências para as cooperativas nacionais que, para acederem ao crédito, têm de se dirigir a bancos comerciais, os quais não possuem qualquer tipo de sensibilidade para as especificidades da organização cooperativa, setor que os detentores do respetivo capital diminuem, embora de tempos

a tempos a ele vão buscar traços característicos, caso da responsabilidade social das empresas, apenas porque lhes permite camuflar o seu interesse quase exclusivo pelo lucro com afirmadas, mas nem sempre convenientemente praticadas preocupações sociais.

Quem vos escreve quatro décadas, quase, depois de Abril e da independência colonial, não fez a guerra e só superficialmente conhece Moçambique (onde acompanhei uma delegação do Parlamento Europeu às eleições presidenciais de 2004), Macau e Timor (onde acompanhei missão do mesmo Parlamento na sequência da crise interna de 2006). Por isso, os comentários que farei ao que escrito foi no Boletim, não envolvem qualquer tipo de atitude paternalista ou complexada, e ao fim de tanto tempo, mesmo que interiormente possa não aceitar as opiniões dos autores, tenho de compreender os jogos de força vigentes à época, e entrever, nalgumas iniciativas cooperativas descritas, tentativas incipientes de democratização das sociedades locais, até porque algumas das pessoas envolvidas se tornaram pessoas influentes no sistema democrático continental, após a revolução de Abril, e estavam ligadas a meios oposicionistas nas ex-colónias.

Sei, por isso, que também os atuais cooperadores africanos reagirão da mesma forma ao que hoje lhes custa ler, porque a história não pode ser mudada, e apenas haverá que aprender as lições que dela retiramos. Mas é mais a sua que a minha história, é património que lhes dirá mais respeito a eles que a mim, e por isso é para eles que principalmente recolho e escrevo. Compilo para ajudar outros a um dia, com acesso local a arquivos e a percursos vividos, poderem contar a história de um período em que o cooperativismo foi a um tempo estratégia colonial para enquadramento das populações e veículo para os seus membros de organização e, quantas vezes, de combate ao mesmo colonizador.

2. ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA DOS INDÍGENAS

Darei aqui conta de três artigos que se querem enquadradores da participação da população africana em cooperativas agrícolas mais ou menos rudimentares, cooperativas impostas ou aconselhadas enquanto formas organizativas por técnicos agrários, mais do que genuinamente saídas da vontade individual das populações que delas viriam a beneficiar.

Não se estranhe que assim tenha sido, porque também na metrópole o Ministério da Agricultura dos governos de Salazar e Caetano tomou iniciativas do mesmo tipo, através de planos nacionais de criação de cooperativas vinícolas, frutícolas ou oleícolas, planos que passaram pela construção pública das instalações e posterior entrega das obras já concluídas para gestão e funcionamento a notáveis locais, pessoas muitas vezes ligadas ao partido único no poder.

Um dos artigos resenhado é do próprio Marcelo Caetano, mas o segundo é de um Professor ligado a uma Universidade norte-americana, o que revela que o desenvolvimento cooperativo das populações colonizadas interessava a outras potências mundiais no período da guerra fria e do lançamento de movimentos de libertação por toda a África.

Já o último pertence a um técnico agrícola de renome em Moçambique, o engenheiro agrónomo Homero Martins Ferrinho, autor de vasta obra publicada na colónia e na metrópole. Outros colegas seus, como Viriato Faria da Fonseca ou J. Maria Gaspar, também publicaram artigos sobre cooperativas locais de agricultores ou cooperativas agrícolas de indígenas no Boletim Geral do Ultramar ou no Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique, mas os mesmos não foram reproduzidos no Boletim Cooperativista. Refiro o facto porque os artigos demonstram que se tratava de assunto discutido nas esferas oficiais da então Província, o que leva a pensar que haveria orientações claras para a iniciativa de criação de cooperativas agrícolas e, certamente, financiamento para a sua concretização.

O artigo OS NATIVOS NA ECONOMIA AFRICANA, saído da pena do Prof. Dr. Marcelo Caetano, é publicado no Boletim Cooperativista nº 18, de março de 1955 ⁽⁴⁾:

Depois de uma análise sobre a situação dos nativos na África portuguesa, em que foram considerados aspectos demográficos gerais, o nativo como produtor e consumidor, a comercialização da produção e os preços da propriedade nativa, o Autor conclui:

“A fórmula cooperativa parece, efectivamente, na opinião de quantos se têm debruçado sobre os problemas da reorganização económica e social das populações indígenas em ordem a educá-las para a civilização, a mais indicada quando se pretende uma fórmula transitória entre a economia comunitária das tribos divagantes e a economia individualista de aldeias sedentárias.

A cooperativa aldeã de fins múltiplos garante a solidariedade colectiva a que os indígenas estão tradicionalmente habituados e habilita a colectividade a intervir como tal na vida jurídica e económica em contacto com os meios civilizados. Mas, por outro lado, os indivíduos ganham nela personalidade, recebem as suas terras que irão evoluindo para a propriedade privada, abrem as suas contas, recolhem os seus lucros, formam os seus patrimónios particulares já que a cooperativa é uma sociedade de pessoas.

Permite ainda a cooperativa uma tutela educativa que pouco a pouco vá iniciando os nativos na economia do mundo civilizado ensinando melhores métodos de produzir, facilitando o emprego das disponibilidades na compra de bens úteis e libertando os indígenas do perigo da exploração pelo comércio.

As experiências da organização de cooperativas indígenas, quando bem orientadas, têm sido por toda a África coroadas de sucesso. Contrariadas, como é natural, por alguns comerciantes pouco esclarecidos que julgam ver nelas inimigas da sua prosperidade, quando a prazo não longo a elevação de nível dos nativos se traduzirá necessariamente em maior procura nos mercados e em benefício do comércio, elas merecem porém, o maior carinho e amparo da parte dos governantes.

É pelas cooperativas que os indígenas poderão vir a ser persuadidos a uma exploração agrária mais racional com vantagens para eles e para a defesa da terra africana. E serão elas que lhes permitirão fruir utilmente a valorização do seu esforço e o melhoramento dos produtos do seu trabalho.

No dia em que os produtores nativos estiverem organizados em cooperativas inteligentemente orientadas, já poderá, sem receio, pagar-se a produção indígena pelos preços que os mercados permitirem mesmo quando esses preços sejam altos.

O indígena tem de ser defendido contra a ganância alheia, sobretudo e por ora, contra si próprio.”

Neste artigo, Marcelo Caetano reconhece o papel da educação cooperativa para o desenvolvimento do Homem, se bem que possa ferir-nos a aparente consideração do indígena como incivilizado.

Está também perfeitamente consciente de que é necessária uma classe média em África e que o desenvolvimento só será plenamente atingido quando ela existir, e vier a preencher o hiato entre a classe dirigente, e o seu círculo próximo, e a grande massa popular pobre e deixada quase à sua sorte.

Claro, reflete o artigo uma visão colonizadora que está ultrapassada, uma visão de um desenvolvimento bem controlado, ele fala em 'bem orientado', cabendo à cooperativa um papel de 'tutela educativa', de veículo que leve o indígena, por fases, a 'ser' civilizado, a participar na cooperativa, mas no final a ser proprietário privado, evolução que ideologicamente assenta bem em Marcelo Caetano, mas que os verdadeiros cooperativistas não aceitarão.

Quem lida com África hoje, sabe que o cooperativismo tem nela futuro, mais é um modelo de organização que está próximo da vivência coletiva africana, e Marcelo já o diz. E o modelo cooperativo africano não deverá ser diferente em função das línguas deixadas pelo colonizador, isto é, poderá ser o mesmo na África equatorial como na do Sul, na costa leste como na oeste, e o passado colonial nisso não pode ter a mesma influência que tem a geografia e as características de clima e de geologia das diferentes parcelas de terra africana, pois são a doutrina e os princípios cooperativos, mais do que a prática de cada um que modelam o modelo.

O Boletim Cooperativista, diga-se, publicou depois do artigo de Marcelo, cinco outros artigos sobre o cooperativismo na África não lusófona, de que se deixam títulos e autores quando assinados:

- no nº 39, de dezembro de 1956, o artigo 'Cooperativismo em África', de Manuel Vilela, da Cooperativa dos Trabalhadores de Portugal;
- no nº 42/43, de março/abril de 1957, o artigo 'A Experiência cooperativa em África - A União Cooperativa dos nativos do Kilimanjaro', assinado por António Falcão de Campos e António Lopes Cardoso;
- nos nºs 48 e 50, de setembro e novembro de 1957, de Vieira da Luz, membro da Cooperativa dos Funcionários e Despachantes da Alfândega, o artigo 'O cooperativismo é o melhor factor de colonização e civilização do indígena';
- no nº 77, de fevereiro de 1960, o artigo 'Em África a acção cooperativa alarga-se';
- no nº 88, de janeiro de 1961, o artigo 'Centros femininos em Marrocos'.

Marcelo mostra ainda que conhece bem o confronto entre cooperativas e comerciantes privados, criticando o modo como estes as veem, e sobretudo parece defender os 'fins múltiplos' das cooperativas aldeãs, a polivalência cooperativa mesmo incipiente, polivalência que após o 25 de Abril demorou em Portugal anos a ser permitida pelo Código Cooperativo, já que, historicamente, as nossas primeiras cooperativas no século XIX foram polivalentes, a exemplo de Rochdale. A cooperativa dos Equitativos Pioneiros, ao contrário do que hoje é dado como assente, não era uma mera cooperativa de consumo, e sim uma cooperativa multissetorial, como o demonstra a sua First Law, a sua lei primeira religiosamente guardada no Museu que hoje ocupa as suas instalações iniciais do Beco dos Sapos na vila de Rochdale.

Mas se Marcelo Caetano não se pode considerar um cooperativista, já o autor que assina o segundo artigo sobre as cooperativas africanas no espaço moçambicano, intitulado ESFORÇOS E REALIZAÇÕES DAS COOPERATIVAS EM MOÇAMBIQUE, revela conhecimento pormenorizado sobre a organização e funcionamento das cooperativas. Num longo artigo saído no Boletim nº 95, de setembro de 1961, Ralph von Gersdorff, pesquisador associado da Universidade de Harvard, mas que será alemão, escreveu:

“É propósito deste artigo mostrar como a população negra da África pode alcançar alta produtividade e rendimento, e também, um alto padrão de vida, organizando cooperativas com bases democráticas, e como o auxílio técnico pode ser dado pelos países industrializados a estas cooperativas e também às escolas profissionais.

Os laços tribais na África são dissolvidos pelo constante progresso da «civilização» e deviam ser distribuídos por outros, antes que comece o desenvolvimento rumo à proletarianização, à formação de classes baseada na propriedade, a sociedades dirigidas contra os brancos ou outra indesejável constituição de sociedade. É um facto feliz que a população negra, pelo

menos em Moçambique, teve organizações tribais que se assemelham com aquelas das cooperativas, assim sendo, eles podem usá-las como estrutura básica. Eles têm um pronunciado senso de solidariedade, que não devia ser substituído por exagerado individualismo. Houve o medo de que o colectivismo das populações negras (a terra é propriedade da tribo ou de uma associação de tribos e não dos próprios camponeses) poderia dar aos bolchevistas esperanças para uma fácil manobra em África, onde seria somente necessário converter as terras do Estado e as propriedades das tribos em propriedades comuns tipo kolkose. Com excepção das terras que são propriedade das tribos, na África Portuguesa quase todas as terras são propriedade do Estado. Mesmo a concessão definitiva de terras dadas aos colonos e fazendeiros permanecem propriedade do Estado, que pode revogar a concessão, pagando um preço razoável pelas indemnizações.

Nas novas cooperativas e «colonatos» (colonizações sob a direcção de engenheiros agrónomos e capatazes do governo) o Estado dá aos membros dessas organizações lotes de terra como propriedade individual, para fixá-los à terra e educá-los como colonos e fazendeiros, mediante modernos métodos de agricultura tropical, com os últimos resultados das pesquisas agrícolas. A meta é substituir a agricultura nómada tradicional de prática da queima dos campos por processos mais actualizados e racionais. A agricultura nómada tirou toda a fertilidade do solo africano e deixou vastas zonas com erosão. A formação do rendimento comum em constante crescimento nas cooperativas conduz à formação de fazendeiros quase independentes e responsáveis e evita o extremo colectivismo que levaria a população negra a sentir, novamente, que eles não têm interesse na propriedade individual, e torná-los nómadas novamente.

Onde velhos costumes como as tradicionais danças, os batuques, o agradável tocar das marimbas e o folclore em geral são retidos, uma completa e mesmo revolucionária mudança verificava-se na posição das mulheres nas cooperativas de negros. As leis antigas das tribos do sul do Rio Save, em Moçambique, estabeleciam normas ou regras tais como permitir que a mulher pudesse ser comprada, reclamada como propriedade, herdada ou vendida. Elas eram as mais importantes «produtoras de comida». Através da propriedade de máquinas e gado, e das realizações educacionais das missões, bem como os novos costumes introduzidos na população feminina, verificou-se uma completa mudança no seio da família nas populações negras. Com excepção do folclore, a moda de viver é exactamente a mesma do europeu. As velhas superstições terminaram definitivamente, e por isso as tribos têm mais confiança na técnica dos doutores brancos do que no feiticeiro da tribo, que passou a não ter mais influência.

Sempre foi muito difícil conquistar a confiança do povo, o que é condição básica para o bom funcionamento das cooperativas; era por isso necessário criar «cooperativas-piloto» no começo, para mostrar que um trabalhador pode adquirir maior lucro nas cooperativas do que se trabalhasse nas minas de ouro na União Sul-Africana. De facto, um associado na cooperativa pode ganhar três vezes mais, como demonstra a administração portuguesa, contrariando a propaganda da «Witwatersrand Native Labour Association». Os portugueses usam, para esta propaganda, gráficos mostrando numa balança que os lucros ganhos são bem maiores nas cooperativas. As metas das cooperativas são estabelecidas nos estatutos aprovados pela Administração, baseadas nas condições locais, nas experiências e também em exemplos realizados em países estrangeiros. As metas das cooperativas da região de Zavalá, no distrito de Inhambane, são as seguintes:

- Melhoramento da qualidade dos produtos através de sementes seleccionadas, melhoramento de processos agrícolas de armazenagem e de técnica de embalagem.
- Aumento da renda individual, mediante utilização de transportes colectivos e venda de seus produtos no tempo mais favorável.
- Abertura de crédito aos associados para trabalhos agrícolas e construção de casas de tijolo, além do auxílio técnico.
- Empréstimo de máquinas agrícolas e instrumentos agrícolas gratuitos ou com alugueis moderados.
- Distribuição gratuita de sementes pelas estações experimentais agrícolas.
- Compra de máquinas, instrumentos, sementes, fertilizantes, insecticidas, forragens, etc.

Para a execução de suas metas, as cooperativas obtêm todo auxílio possível do governo. Somente poderão ser sócios das cooperativas os colonos que cultivarem, pelo menos, 3 hectares durante 3 anos. A admissão à cooperativa depende da recomendação de dois sócios e da maioria de votos dos directores. Os colonos que não forem admitidos, poderão apelar para a Assembleia Geral e para o Governador do distrito. As exclusões podem ser decididas pelos directores, mas o excluído pode apelar para a Assembleia Geral. Os membros das cooperativas têm obrigação de obedecer aos directores, executar as funções que lhes forem atribuídas, sem nenhum pagamento ou recompensa, pagar pontualmente sua quota de capital, contribuições, aluguer das máquinas emprestadas, e estar presente às reuniões de Assembleia Geral.

A receita das cooperativas compreende a jóia de admissão, a prestação mensal da quota de capital que o associado se obrigou a pagar, a comissão convencionada pela venda dos seus produtos, o aluguer das máquinas, as taxas de armazenagem, o pagamento dos serviços de transporte, e ainda os juros recebidos de depósitos feitos na Caixa Económica Postal, e os decorrentes de empréstimos feitos aos sócios. A jóia e a quota são fixadas pela assembleia geral.

Muitas cooperativas em Moçambique são dirigidas democraticamente, sendo as decisões da Assembleia Geral tomadas pela maioria de votos. A maior tarefa das Assembleias Anuais é a votação do orçamento, cuja execução não tolera despesas além das fixadas. Quando os dois vice-directores e o gerente são eleitos pela Assembleia Geral, os presidentes das cooperativas são propostos pelos administradores das «circunscrições» e nomeados pelo governador do distrito. O presidente e os directores podem propor a reforma do estatuto da cooperativa na Assembleia Geral. O gerente tem que trazer os livros constantemente em dia para que possam ser vistos e controlados por cada sócio a qualquer momento. Ele é regularmente controlado pela administração da circunscrição, a qual tem também o direito de obter informações a respeito das actividades das cooperativas, para conseguir informações e relatórios anuais. Mas as autoridades não têm outras funções nas cooperativas, que são auto-administradas, podendo eles próprios providenciar auxílio técnico. As autoridades ajudam a abertura de poços financiados com dinheiro público, que funcionam com moinho de vento ou bombas manuais para o tempo calmo. Perto dos poços constroem bebedouros, lugares para lavar roupa e chuveiros; assim as mulheres podem tomar banho após a lavagem da roupa e os homens, após darem de beber ao gado. Eles também constroem banheiros carrapaticidas.

Quando visitei uma das cooperativas da circunscrição de Zavala, em Setembro de 1957, foi-me dito pelo presidente, que o moinho de vento para moer milho não funcionava. Mesmo com vento suficiente para várias vezes, e que era necessário moer três vezes para conseguir uma boa farinha. O moinho era de fabricação portuguesa e fui solicitado pelos administrador Sr. Abel dos Santos Baptista, a encontrar um moinho melhor nos países industriais. Procurei o melhor que pude na Alemanha Ocidental mas não consegui encontrar uma única firma que pudesse fornecer tal tipo de moinho, porque não existe firma que produza máquinas primitivas que são usadas nos países subdesenvolvidos. Não é somente nos Estados Unidos, mas também na Alemanha Ocidental, que existe o esforço para auxiliar tecnicamente esses países, e por isso deveria ser uma tarefa dos países industrializados fundar empresas que possam produzir máquinas primitivas e instrumentos que são tão urgentemente pedidos nas áreas subdesenvolvidas.

Muito pode ser feito no campo de assistência técnica aos países subdesenvolvidos, se escolas profissionais forem construídas pelas cooperativas e em vilas de áreas subdesenvolvidas, que podem conseguir máquinas e outros equipamentos, como presente dos industriais nos países desenvolvidos. Por exemplo, nos Estados Unidos muitas máquinas que poderiam ser usadas nessas escolas, são vendidas a preço irrisório como «ferro velho» embora elas ainda estejam novas, porque outras melhores, do mesmo tipo, já se encontram no mercado. Este facto, explica, em parte, porque a produtividade nos Estados Unidos é a maior do mundo. Muitas máquinas já estão amortizadas quando são vendidas como ferro velho, e industriais mexicanos estão tirando partido da situação. No custo da máquina apenas 20% referem-se ao seu valor, cabendo os restantes 80% ao transporte. Industriais que dêem máquinas de presente, terão vantagens indirectas mais tarde, quando o pessoal treinado nos países subdesenvolvidos com estas máquinas, exigirem a sua utilização no trabalho. Procedendo dessa forma, os doadores podem conseguir um bem largo lucro para a sua empresa. No caso de investimentos directos por firmas que desejem obter e usar matérias-primas nos países subdesenvolvidos, elas poderão lá encontrar pessoal treinado, mesmo com máquinas de seus próprios países. A dificuldade é somente encontrar professores para essas escolas, que possam aceitar salários bem baixos. O custo do transporte poderia ser pago pelos Estados Unidos, através dos governos ou de organizações internacionais, como no caso das Escolas Missões dos Salesianos. O último método foi experimentado por mim próprio. Depois de conseguir que algumas firmas na Alemanha e Suíça doassem máquinas aos salesianos para as suas escolas profissionais «Oratório D. Bosco» em Panjim, Goa (Índia Portuguesa), os salesianos custearam a despesa do transporte ao porto de Bremen ou Hamburgo, e daí essas máquinas foram transportadas gratuitamente pela empresa do governo português «Companhia Nacional de Navegação», até Mormugão, o maior porto de Goa, porque os Salesianos são uma instituição religiosa que não visa lucros. As doações às escolas missões não só difundem o conhecimento técnico, como também espalham a fé cristã como desafio ao comunismo nos países subdesenvolvidos. Os governos desses países não poderão dizer que há «daços políticos» vinculando esse processo. O Ocidente está falando demais na herança cristã. Seria melhor que agisse de forma bem mais cristã. Há muita oportunidade para agir, especialmente nos países subdesenvolvidos. É facto consumado que o cristão asiático tem uma fé religiosa bem mais profunda que o cristão europeu, por exemplo.

Para dar ideia do padrão de vida adquirido pelos membros das cooperativas na circunscrição de Zavala, damos os seguintes dados referentes a Dezembro de 1956:

As cooperativas foram fundadas em 1955 por iniciativa do administrador da circunscrição, mas a melhoria de vida só foi adquirida pela própria iniciativa dos colonos negros. Na data mencionada acima, havia 6 cooperativas na circunscrição de Zavala, com 812 associados, assim distribuídos: Banguza 161, Zandamela 152, Canda 136, Zavala 148, Nhagutou 109, Mavila 106. A remarcável tendência para a poupança e formação de capital que teve lugar nas cooperativas, é mostrada pelo facto de que 109 membros tiveram oportunidade de abrir conta na Caixa Económica Postal. Seus depósitos

totais eram de 567 644 escudos (1 dólar = 28,50 escudos). Trinta membros tinham mais de 240 dólares depositados em suas contas! Primeiro eles querem guardar o suficiente para construir uma casa de tijolos, que custa cerca de 4 000 dólares; depois querem comprar mobílias, máquina de costura, um rádio, etc. Uma casa deste tipo é propriedade de mais de 24 famílias e 11 casas já estavam em construção. O segundo motivo de poupança é a compra de um jeep ou um Landrover, pelos quais terão de pagar 3 000 dólares. Na data referida havia 2 Landrovers como propriedade particular de negros associados a cooperativas, e mais 3 tractores, 6 camionetas, 1 camião, 4 arados, 2 semeadeiras, 1 arado com grade e muitos outros instrumentos. O valor de todas as máquinas e instrumentos que são propriedade particular, adquiridas pelos membros dessas cooperativas, era aproximadamente de 1 807 000 escudos. Além disso tinham como propriedade particular 1 544 885 árvores frutíferas, 2 059 bois, 471 vacas, 556 burros, 4 641 cabras, 726 carneiros, 1 621 porcos e 4 393 galinhas. Também tinham como propriedade particular: 72 espingardas de caça, 122 máquinas de costura, 46 gramofones, 78 bicicletas, 2 geladeiras Electrolux e 5 aparelhos de rádio.

A situação financeira das 6 cooperativas de Zavalá era em escudos a seguinte, em 31 de Dezembro de 1956:

Caixa - 48 110

Depósitos na Caixa Económica - 167 131

Créditos concedidos aos sócios - 253 241

Dos quais para a compra de gado - 54 300

Dos quais para a compra de instrumentos - 66 779

Dos quais para a compra de sementes - 5 411

E para o aluguer de máquinas, instrumentos e combustível aos membros - 126 751

As cooperativas tinham estoques de combustível e instrumentos para a venda aos associados no valor de 40 760 e 90 961 escudos, respectivamente. Seus activos totais, (os itens acima mencionados) eram de 600 204 escudos. A propriedade dessas cooperativas consistia dos seguintes itens (valores em 1 000 escudos): 17 tractores Ferguson, 850; 17 arados com grades, 107; 16 discos para arados, 155; 6 cilindros, 132; 5 semeadeiras, 40; 5 ceifadeiras, 25; 20 máquinas descascadeiras de amendoim, 30; 3 carros de boi, 18; 24 balanças, 6; 2 forquilha, 5; tudo no valor total de 1 268 000 escudos. No ano agrícola de 1955/56 as cooperativas venderam os seguintes produtos (valores em escudos): 467 toneladas métricas de amendoim descascado; 117t. de amendoim em casca; 229t. de milho, 182; 255t. de arroz, 405; 54t. de feijão, 64; 371t. de algodão, 1 036; 1t. de café, 20; 172t. de castanha de caju, 265; de sementes de manfura, 265; valor total de 4 002 000 escudos.

Nas cooperativas da Circunscrição de Chibuto, e nas Cooperativas Inhamissa, na Circunscrição Vila de João Belo, é o Estado que financia uma larga parte dos seus investimentos. As cooperativas Chibuto promovem, mesmo, o seguro social para seus membros e famílias. Em Inhamissa trabalham engenheiros do governo que tomam conta das cooperativas, e que são assistidos por uma junta de 5 directores eleitos pelos sócios. Os filhos dos sócios recebem lições de moderna agricultura em campos especiais. Cada sócio tem de trabalhar certo tempo na drenagem dos pântanos de papiros (Machongos) que existem em ambas as margens do rio Limpopo. A terra obtida para o cultivo é negra e fértil. É dividida em lotes de um hectare dado gratuitamente aos camponeses pretos, que desejam unir-se às cooperativas. As casas dos sócios são construídas por eles mesmos e financiadas com fundos públicos.

James Duffy, professor associado de história da Universidade de Brandeis, Massachusetts (USA) infelizmente não mencionou a realização das cooperativas no seu livro «África Portuguesa», publicado pela imprensa da Universidade de Harvard em 1959. Ele somente menciona Inhamissa e os colonatos sobre os quais escreve em conclusão: «(...) Projectos experimentais como os de Inhamissa e Caconda (Angola) são muito caros. Mesmo que tenham um sucesso além do sonho português, colonatos similares não podem ser instalados indiscriminadamente no interior. O Ministério do Ultramar sabe das dificuldades, mas fala em usar vantajosamente a experiência ganha nos projectos-modelos para estabelecer outros mais modestos nas aldeias dos pretos (...).»

O que devia ser feito era estabelecer outras cooperativas na África Portuguesa usando as experiências realizadas em Moçambique. Isto poderá custar ao governo muito menos que os colonatos mesmo que tenham que fazer grandes despesas com educação das diferentes tribos para introduzir o sistema de cooperativas. O livro de Duffy dá a impressão incorrecta de que os portugueses estejam desenvolvendo a agricultura da população preta de modo muito ineficiente. Espero que este artigo possa contribuir para provar que os portugueses podem mostrar-se orgulhosos das suas realizações. A última frase do livro de Duffy é a seguinte:

«(...) Para o futuro, Portugal precisa temperar suas doutrinas e experiências com maior sabedoria e entender as aspirações humanas, como demonstrou no passado.» Penso que os portugueses tiveram maior sucesso em África do que outros europeus em outros campos, e que os últimos têm muito a aprender dos portugueses, assim como os portugueses devem também aprender com eles. Concordo com o Professor William Brown, Director do Instituto Africano da Universidade de Boston, quando

escreve: «Mr. Duffy dá-nos um relatório completo sobre a presença portuguesa na África, histórica e contemporânea» com a ressalva que o relatório sobre a África Portuguesa contemporânea está longe de ser completo. Discordo completamente da afirmação seguinte: «Nenhum aspecto significativo do impacto político português na África foi ignorado».

Auto-administração e regime democrático nas cooperativas podem ser o primeiro passo no caminho da substituição do governo patriarcal da África Portuguesa por um governo mais democrático. É um facto que é melhor começar por baixo do que por cima, como foi feito noutras partes de África, onde a democracia não é nada mais do que uma farsa, porque não existem ainda democratas, e se não existem democratas o regime de poucos demagogos é pior do que a ditadura. O governo português deve dar mais oportunidades na Administração de suas províncias africanas, às pessoas de raça negra, como deviam ter feito no passado; e fundando outras cooperativas, poderão educar muito mais gente para pensar livremente, com responsabilidade, e agir no sentido de ser formada uma nova classe de líderes que possam ocupar importantes lugares no governo e na economia privada”.

(...)

(De Arco-Íris - Julho/Agosto 1960)

O texto confirma o que Marcelo defendeu, mas por várias vezes vem colocar o desenvolvimento do indígena pela via cooperativa na ótica do combate ao coletivismo. O apoio americano foi, pois, politicamente motivado, e visou que a emancipação do indígena, a sua passagem de nómada a sedentário e, já nesta qualidade de membro da tribo a colono membro da cooperativa, e nesta detentor de terra própria cedida pelo Governo, fosse alternativa à passagem direta da organização tribal à organização coletiva de tipo kolkose. Dever-se-iam lotear as terras, distribuí-las, garantir um mínimo de três anos de exploração pelos colonos, período findo o qual se poderiam tornar membros da cooperativa, e começar a educar cooperativamente dirigentes e futuros dirigentes dentro de um apertado enquadramento técnico exercido pelo funcionário dos serviços de agricultura da província e pelos administradores das circunscrições territoriais, cujas orientações não deveriam ser enfrentadas.

Refere o autor que ‘conquistar a confiança do povo é condição básica para o bom funcionamento das cooperativas’. Para essa conquista ser garantida revolucionou-se o papel das mulheres na sociedade e na cooperativa, que de elementos que se compravam e vendiam se tornaram produtoras e esteios familiares.

E para que as cooperativas fossem vistas como veículos de desenvolvimento e de uma ligação à comunidade, produtora de resultados económicos individuais superiores aos que se conseguiriam rumando às minas sul-africanas, nada melhor que investir nalgumas experiências piloto, certamente em áreas de resultados garantidos, e depois contar com o passa palavra, que certamente existiria numa época e em locais em que outros meios informativos seriam quase inexistentes.

Às cooperativas eram cometidas atraentes metas, garantido o aprovisionamento em fatores de produção e escoamento das produções, bem como o apoio técnico estatal, e enquanto organizações democráticas na estrutura jurídica, elas tornaram-se formas de incutir valores democráticos nos colonos, dando-lhes um estatuto de aparente igualdade mas de efetivo desequilíbrio social, já que os mais capazes, os que mais poupavam, rapidamente se tornaram nos membros da tal classe média, mesmo que média baixa, que Marcelo Caetano, e obviamente à distância Salazar, queria ver formada na África lusa, e que di-lo o autor outros colonizadores não conseguiram nos territórios que colonizaram.

Democracia, alguma democracia, mas com presidentes das cooperativas nomeados pelo governador do distrito sob proposta dos administradores das «circunscrições», ou seja, dar com uma mão e controlar com a outra a amplitude e continuidade da dádiva, mas certamente se concordará que se tratou de um passo importante. Não se infere do artigo qual a amplitude da experiência no território moçambicano, se geral se limitada ao sul do território como descrito no artigo.

Parte importante para a conquista dos mais aptos, foi a ligação às cooperativas de escolas profissionais, nas quais os seus filhos poderiam colher a educação agrícola e artesanal que pudesse fazer a diferença a nível local. Esta política, diz o autor, esteve ligada à Igreja (foca um exemplo na Índia, mas certamente que em Angola e Moçambique o mesmo se terá passado; pessoalmente vi algo muito parecido em Timor). Como ele diz, ‘as doações às escolas missões não só difundem o conhecimento técnico, como também espalham a fé cristã como desafio ao comunismo nos países subdesenvolvidos’, isto é, todos os atores se dizem desenvolvimentistas desinteressados, mas o que se não engole é a frase seguinte do autor, ‘os governos desses países não poderão dizer que há «laços políticos» vinculando esse processo’, por ser por demais evidente essa existência.

O autor parte depois para o fornecimento de dados sobre diversas cooperativas e costumes/anseios sociais dos seus membros, algo que é etnologicamente interessante conhecer.

Mas, porque havia que dar uma imagem de independência face à potência colonizadora, o arauto ocasional da grande potência americana tinha de deixar uma qualquer marca crítica. Nasce assim um início de parágrafo final em que se diz que 'auto-administração e regime democrático nas cooperativas podem ser o primeiro passo no caminho da substituição do governo patriarcal da África Portuguesa por um governo mais democrático' e depois que os negros devem ter mais oportunidades na Administração das províncias africanas, sendo as cooperativas uma forma de formar os líderes que os países precisarão, leia-se uma vez saída a potência colonial. Serão os próprios leitores locais que me poderão depois dizer se isso efetivamente se veio a verificar.

Complete-se agora a trilogia de observações da realidade, pela pena de um funcionário dos serviços de agricultura da província de Moçambique, o engenheiro agrónomo Homero Ferrinho. O Boletim Cooperativo nº 110, de dezembro de 1962, reproduz uma intervenção por ele proferida no 1º Congresso Agrário de Moçambique nesse ano levado a efeito, texto intitulado O DESENVOLVIMENTO RURAL DOS INDÍGENAS E O MOVIMENTO COOPERATIVO, escrito em janeiro de 1962.

1) DESENVOLVIMENTO EQUILIBRADO

O desenvolvimento deve processar-se do Homem para o Homem, abrangendo todos os sentidos da vida humana - social, económico e técnico. Preocuparmo-nos apenas com um sector isolado é condenar de antemão ao insucesso a nossa iniciativa; o desenvolvimento social condiciona o desenvolvimento técnico e económico e vice-versa.

Por esta razão a evolução equilibrada de todos estes sectores deve constituir preocupação obrigatória e dominante de todo o plano e programa de desenvolvimento.

No caso específico no nosso meio rural ultramarino, além deste equilíbrio a que podemos chamar interno, por ter de existir no seio da própria comunidade a evoluir, outro equilíbrio há, a que podemos chamar externo. Este constitui salvaguarda do futuro e deve encarar-se sob um duplo ponto de vista provincial e internacional.

2) PONTO DE VISTA PROVINCIAL

A realidade da vida moçambicana é caracterizada pela assimetria de desenvolvimento existente em todos os sectores da actividade humana ou, se quisermos, pela duplicidade de aspectos verificada em cada um desses sectores.

Esta assimetria pode esquematizar-se muito sumariamente da seguinte forma:

SECTOR SOCIAL

I - Grupo de elevado nível de vida e baixa proliferação

II - Grupo de baixo nível de vida e elevada proliferação

SECTOR ECONÓMICO

I - Grupo integrado na economia dominante - a economia de mercado - dirigida para o exterior

II - Grupo integrado numa economia primitiva, visando a auto-suficiência

SECTOR TÉCNICO

I - Grupo dispor dos modernos meios de produção

II - Grupo desconhecendo e sem possibilidades de adquirir por si, os modernos meios de produção

Esta cisão da sociedade em dois grupos tão nitidamente separados é sempre de resultados funestos, muito principalmente quando cada um dos grupos assim caracterizados pertence a raças diferentes.

Para passar deste estado de coisas à desordem social necessário apenas se torna que, além do momento propício, surja o «leader» das promessas fáceis.

Reza a Constituição da UNESCO que a guerra começa na mente dos homens, razão pela qual é também aí que a paz tem de ser construída. Devemos portanto procurar que o desenvolvimento geral se processe de molde a que todas as raças em presença venham a dispor das mesmas potencialidades económicas, possibilitando assim a redução progressiva, até ao desaparecimento, das assimetrias existentes.

Isto exige, além de iguais potencialidades, que os problemas respeitantes ao desenvolvimento dos elementos populacionais mais atrasados tenham prioridade absoluta, de forma a que este possa processar-se em ritmo mais acelerado que o dos elementos já mais evoluídos, única forma de se alcançar o desejado nivelamento.

3) PONTO DE VISTA INTERNACIONAL

Num mundo ávido de oportunidades para perturbar a nossa fraterna convivência com o negro, será loucura permitir que os autóctones do nosso ultramar tenham, ou pensem que têm, um nível de vida e um ritmo de desenvolvimento inferiores aos das populações dos países negros que se dizem independentes. É pois necessário que o nosso negro saiba e sinta as reais vantagens mútuas resultantes da íntima fusão das nossas civilizações, traduzida na existência de um nível de vida decente e em contínuo progresso para todos os elementos da sociedade plurirracial assim formada. Sem isto creio que o sonho de uma independência, tomada sempre no sentido de vida fácil, instilado nos seus cérebros pelos messias da «libertação africana», encontrará neles um campo de fácil e fértil desenvolvimento.

Resumindo o exposto podemos dizer que o desenvolvimento rural dos autóctones do nosso ultramar deve obedecer a um duplo equilíbrio - interno e externo.

O equilíbrio interno deve processar-se por uma evolução equilibrada das estruturas sociais, técnicas e económicas.

No equilíbrio externo temos de considerar os seguintes aspectos:

Provincial - visando evitar a manutenção e intensificação de uma assimetria da vida da Província, tanto mais perigosa quanto a cada sector por ela definido correspondem etnias diferentes.

Internacional - tendo por fim não permitir que o nível de vida e o ritmo de desenvolvimento sejam inferiores aos dos restantes povos negros.

4) A AGRICULTURA COMO BASE DE DESENVOLVIMENTO

Um desenvolvimento equilibrado da nossa população nativa tem de ser alicerçado na vida agrícola, actividade a que se dedica a maioria esmagadora dos negros moçambicanos. Pensar na industrialização como principal factor de desenvolvimento é caminho perigoso enquanto a agricultura se mantiver no estado de atraso e estagnação que a caracteriza actualmente; tal caminho apenas serviria para acentuar as assimetrias existentes. A industrialização apenas se impõe, como medida imediata, nas regiões superpovoadas, como meio de absorção dos excedentes demográficos.

Entre nós os investimentos a realizar no sector agrícola devem ter prioridade, pois além de beneficiarem a maioria da população, criam também boas condições à expansão do mercado interno para produtos manufacturados, ou seja, para a industrialização racional e conseqüente melhoria das condições gerais de vida.

De acordo com o exposto, o primeiro passo para o desenvolvimento será a fixação do agricultor itinerante onde ainda exista, ou seja na maioria das regiões moçambicanas.

A fixação não pode, porém, realizar-se apenas no espaço; estabelecer o negro em dada área - sem alterar profundamente a sua mentalidade e sem modificar as suas práticas culturais dentro do aconselhável - é transformar uma exploração equilibrada do solo numa exploração «mineira», depredadora da sua potencialidade agrícola.

Ao pensarmos na fixação temos de encarar todos os problemas que lhe são inerentes e dos quais sobressaem os que respeitam à posse da terra, ao alojamento, à assistência médica, à educação rural e à assistência técnica. Esta última deve referir-se tanto ao que respeita à produção como ao que respeita à comercialização dos produtos agrícolas.

A fixação em dada área, só por si, poderá ter interesse disciplinar ou policial mas é falha de interesse humano e, por isso mesmo, só com íntima revolta poderá vir a ser aceite.

5) A TRADIÇÃO COMO BASE NA ACÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

Como salienta Noel Drogat, antes de modificar necessário se torna convencer. Tal atitude exige um conhecimento tão perfeito quanto possível das sociedades que vão sofrer a acção de desenvolvimento, que deve apoiar-se sobre as estruturas tradicionais segundo as quais os nativos organizaram toda a sua vida social, cultural e económica.

As modificações que sucessivamente venham a ser consideradas desejáveis, serão introduzidas lentamente e à medida que o negro, tomando consciência das suas necessidades e responsabilidades, as deseje e esteja disposto ao esforço pessoal para, com

a nossa ajuda, resolver os seus próprios problemas. Isto exige a modificação progressiva da sua atitude mental, de molde a não só não combater os novos meios postos à sua disposição, mas a querer interessadamente a sua posse para, através deles, alcançar as novas formas de vida.

A nossa acção deve «resumir-se» portanto em despertar neles uma vontade e uma ânsia de progresso que virão a ser mobilizadas como força propulsora da arrancada criadora da nova sociedade humana.

Esta linha de conduta apresenta-se dentro das características definidas pelos organismos técnicos das Nações Unidas para os programas de desenvolvimento onde se preconiza:

I - a participação do próprio povo nos esforços para melhorar o seu nível de vida com base tanto quanto possível na sua própria iniciativa;

II - a prestação do apoio técnico e dos serviços necessários:

- a) a encorajar essa iniciativa*
- b) a desenvolver a ajuda a si próprio*
- c) a encorajar a ajuda mútua de molde a torná-las mais eficientes.*

6) O IDEAL COOPERATIVO E AS COOPERATIVAS

Não querendo apresentar o ideal cooperativo como panaceia, julgo poder afirmar constituir a sua aplicação racional o melhor caminho para levar as sociedades tribais à evolução sem revolução, criando um espírito de colaboração sincera não só entre os seus elementos mas também entre o pensamento que dirige a acção e a realidade tribal que a vai sofrer.

Referi-me, propositadamente, à aplicação das ideias cooperativas e não à criação de cooperativas. De facto, antes de criar cooperativas necessário se torna «criar» cooperadores pois, como muito bem salientou MEDISON, criar cooperativas para as entregar nas mãos de pessoas sem primeiro as educar é o prelúdio de uma farsa ou o início de uma tragédia.

Infelizmente a experiência tem sobejamente demonstrado a veracidade desta afirmação. No que se refere ao caso africano os exemplos de cooperativas fracassadas são abundantes, o que deu origem a que, no Congresso de Beirute de 1952, fosse alertada a atenção dos interessados para o doloroso insucesso que tinha constituído a criação de cooperativas em África.

Tal fracasso deve-se a terem-se transplantado, pura e simplesmente, as cooperativas de tipo ocidental para um meio em que não eram compreendidas nem desejadas visto serem estranhas às necessidades reais dos homens que pretendiam servir.

Em África o ideal cooperativo tem de servir a sociedade tribal primitiva ou em evolução, dando origem ao «sistema cooperativo etnologicamente adaptado» como lhe chamou A. Lawrence. Para tal temos de enxertar sobre estruturas tradicionais o ideal cooperativo, assegurando assim, mercê do seu enraizamento profundo na vida tradicional africana, o seu vigoroso desenvolvimento, garantia de uma evolução equilibrada sem ruptura brusca com o passado. Doutra forma o insucesso certo provocará, além do desprestígio do movimento, um desvirtuamento dos valores ancestrais que terá como consequência o aparecimento de uma crise humana.

7) O ESTADO NA INSTITUIÇÃO DO MOVIMENTO COOPERATIVO

Entre os ocidentais é o aumento do seu poder de compra, conferido pela associação cooperativa, que constitui o móbil determinante da sua constituição e das adesões futuras.

Para o negro rural o aumento do poder de compra pouco ou nenhum significado possui; as suas necessidades são principalmente de natureza social e é pela sua satisfação que o movimento tem de se infiltrar. Daqui resulta estar o seu aparecimento na completa dependência dos poderes públicos, sem o auxílio dos quais nada será possível realizar. Nos países evoluídos a actividade económica da cooperativa, primeira a ser considerada, fornece os capitais necessários à sua acção social; desde porém que as prioridades tenham de ser invertidas, os capitais só podem surgir de fonte estranha ao movimento.

Inicialmente a orientação do movimento fica a cargo do Estado, o qual deve manter-se dentro dos limites que lhe são impostos pelo respeito do ideal cooperativo.

A sua acção far-se-á sentir através da publicação de legislação adequada e criação de organismos pré-cooperativos que terão por missão essencial a formação dos futuros cooperadores e o lançamento das bases da sua futura independência económica e consequente liberdade social. Para tal deverá o organismo pré-cooperativo cuidar da sua educação e orientar os seus primeiros passos no sentido da integração das suas actividades no âmbito da economia de mercado. Com este objectivo

devem os retornos ser integralmente drenados para as contas dos seus associados, cujos rendimentos devem ficar livres de quaisquer imposições fiscais destinadas à realização dos investimentos necessários ao desenvolvimento. A sua contribuição deve ser pedida em prestação de trabalho gratuito e voluntário na realização de benfeitorias de interesse local, de molde a não afectar a sua capacidade, já de si restrita, de poupança monetária. De facto, a existência de um mercado em expansão é uma das condições prévias necessárias à passagem de uma economia de subsistência a uma economia de mercado. Por seu turno sendo o mercado externo incerto, é de primordial interesse promover a expansão do mercado interno, o que se encontra ligado à expansão dos sectores secundário e terciário que, por sua vez, depende da criação de novos hábitos de vida na maioria da população que, como sabemos, é constituída por rurais negros.

Pela educação, pela acção social, criam-se novas necessidades mas, para que se transformem em novos hábitos, indispensável se torna que o indivíduo disponha do poder de compra necessário à sua satisfação. A pré-cooperativa, entregando ao negro apenas o dinheiro necessário à satisfação das suas necessidades actuais, procurará orientar o restante através da incentivação da poupança, na satisfação das novas necessidades ou seja, na criação de novos hábitos tais como alojamento apropriado, melhor vestuário, melhor alimentação, etc. Vemos assim que, ao financiar temporariamente a acção social do movimento cooperativo o Estado realiza um investimento que visa dar ao indígena a formação necessária para se bastar a si próprio, criando os seus próprios meios de defesa económica e social.

8) O DESENVOLVIMENTO

É ponto já assente que o desenvolvimento tem de tomar como elemento base da sua acção a comunidade rural tradicional. Neste deve constituir-se um centro social e um armazém comunitário como elementos pré-cooperativos; pelo seu desenvolvimento e fusão progressiva darão origem à futura cooperativa local.

Esta separação inicial afigura-se-me vantajosa. O centro social, não só elemento de atracção mas também de adaptação ao meio, terá de ser mantido a título gracioso pelo Estado; o armazém comunitário terá de ser mantido pelo esforço dos seus aderentes a isso levados pela acção do centro social.

O armazém comunitário pode ser ajudado financeiramente pelo Estado mas tal ajuda deve processar-se através do crédito ou seja, deve ser reembolsável e vencer juros embora modestos.

9) O CENTRO SOCIAL

O centro social procurará exercer a sua acção sobre todos os elementos da comunidade - homens, mulheres e crianças - a todos procurando interessar nas actividades que empreender, levando-os a sentirem-nas como suas, como fruto da sua iniciativa. Isto é fundamental não só para que sintam apego ao «seu» centro mas também para que neles se vá desenvolvendo o espírito de iniciativa indispensável ao verdadeiro desenvolvimento.

Em «Aujourd'hui l'Afrique» AUJOULAT escreve a este respeito - «Não se pode deixar de ficar preocupado com a fraca eficiência prática dos sectores de modernização disseminados pela África negra; largamente dotados em matéria de crédito, convenientemente equipados para modernizar os meios de cultura, eles encontram-se em muitos lugares ameaçados de insucesso. Que se tem passado?»

Respondendo à sua própria interrogação, AUJOULAT atribui a falta de êxito patente à destruição do espírito de iniciativa do negro.

De facto, a ausência da livre iniciativa estiola o espírito criador, embota a inteligência, torna impossível a criação de elites responsáveis, ou melhor, torna impossível o progresso do Homem como tal.

10) A MULHER NATIVA

A acção do centro social sobre a mulher nativa reveste-se de particular importância e, por isso, deve merecer-nos especial atenção.

A mulher é o centro da vida rural e a evolução da comunidade depende dela em grande parte. Robert DELAVIGNETTE, reconhecendo esta verdade elementar afirma «ser preciso que as mulheres façam a Nova África pois sem elas a Nova África não surgirá». Esta a razão porque a mulher nativa não pode continuar a «ser a grande ignorada que, por isso mesmo, agarrada às concepções tradicionais, longe da intervenção directa nas experiências novas a que o contacto de culturas obriga os homens, representa uma força de reacção ou de resistência passiva ao processo de aculturação», como escreveu o Prof. Adriano Moreira.

Nesta ordem de ideias, ajudar a mulher rural a fazer face aos problemas domésticos, tanto de ordem prática como social ou moral, que surgem no dia a dia, prepará-las para compreender os novos problemas que mais tarde ou mais cedo surgirão pela acção de desenvolvimento, prepará-la no que se refere à educação dos filhos e higiene do lar, ensinar-lhe como repartir o tempo entre as suas obrigações domésticas e as de exploração rural, ajudá-la na organização da casa, da cozinha, etc., deve constituir preocupação fundamental na acção do centro social.

A preparação da mulher deve basear-se tanto quanto possível em demonstrações práticas em que ela tome parte activa e que devem ser realizadas no centro e na sua própria casa.

11) O ARMAZÉM COMUNITÁRIO

Este armazém deverá receber as produções dos agricultores que expedirá para um armazém de recepção, situado num centro de consumo. Este armazém de recepção efectuará a comercialização dos produtos das diversas comunidades que serve, funcionando como embrião da futura federação regional das cooperativas locais. Ao organizar uma mais eficaz comercialização, este armazém leva a uma maior estabilidade dos preços, o que é fundamental.

Uma das maiores vantagens do sistema é a promoção de uma melhoria da qualidade dos produtos através de prémios diferenciais de acordo com a qualidade dos produtos, cujos padrões devem ser prévia e claramente definidos.

Uma vez chegados ao armazém comunitário devem os produtos ser convenientemente tratados, classificados e acondicionados, com a participação activa do agricultor.

Outra importante missão do armazém comunitário será a de estimular a poupança e, de colaboração com o centro social, orientar o emprego das economias assim efectuadas. Retendo os retornos que deposita em fundos individuais para construção de moradias, compra de vestuário, etc., leva o indígena a melhorar sem esforço o seu nível de vida, evitando por outro lado que, do aumento do seu poder de compra apenas venham a beneficiar os comerciantes.

O armazém comunitário fornecerá ainda alfaias agrícolas, sementes seleccionadas e outras matérias-primas necessárias à produção. Isto permitirá, em colaboração com os serviços técnicos do Estado, promover a melhoria técnica necessária a uma equilibrada evolução.

12) CONCLUSÃO

Como HARTMANN, no Congresso Internacional Cooperativo de Erlangen (1957), eu diria que «na nossa época de vida acelerada, de desaparecimento da personalidade na massa, de materialismo brutal, muitas pessoas terão desejo de sorrir escutando a minha exposição. Elas não acreditam que uma empresa de carácter económico (como a maioria das pessoas leigas a considera), possa ter uma importância moral. Mas tais pensamentos só podem nascer quando se considera a cooperação de uma forma superficial. Os movimentos cooperativos não podem progredir «à la longue» se não ganharem para as suas ideias e para as suas actividades homens que reconheçam não só o lado económico da cooperação mas também o seu lado idealista e moral e estejam prontos a sustentar os seus princípios» (...).

O movimento cooperativo, alicerçando-se na vontade humana e englobando na sua preocupação fundamental - SERVIR - todos os sectores da vida, conduzindo ao progresso do espírito e favorecendo as condições materiais de existência, constitui o caminho, ou melhor, a trave mestra sobre que deve apoiar-se o autêntico desenvolvimento, cujo resultado se traduz na formação de verdadeiros homens. Este movimento, entregando nas mãos dos rurais africanos, únicos que conhecem as suas necessidades e anseios, a direcção da sua vida económica e social, permite que eles tomem consciência de si próprios e, de elementos passivos de uma sociedade estagnada, passem a elementos activos duma sociedade em evolução.

Recordemos aqui as palavras proferidas em 1900 por H. Von KOCK, fundador da Federação das Cooperativas Suecas de Consumo: «O ideal cooperativo é mais apropriado que qualquer outro para preparar o caminho a uma nova ordem social, onde os contrastes sociais desapareçam, onde a vida será mais atraente para os seres humanos e onde o amor fraternal alcançará a vitória sobre a tirania e o ódio das classes».

É difícil não concordar com o que Ferrinho escreve. A análise sociológica inicial, a um tempo interna e internacional, é lúcida e permite situarmo-nos no tempo e espaço moçambicano e africano do início dos processos independentistas.

É importante, sobretudo, por chamar a atenção para que nas colónias portuguesas se não deve reproduzir o modelo cooperativo vigente na metrópole, erro que outros impérios coloniais ativos em África praticaram.

O desenvolvimento deve seguir um ritmo próprio, assimétrico porque os mais atrasados devem merecer especial atenção, sempre equilibrado na sua distribuição regional, por forma a que o mercado que vier a permitir criar possa ser homogéneo, e voluntário, já que se os negros se não convencerem de que vale a pena a mudança, nada será conseguido, e tal mesmo se o Estado investir somas avultadas nesse desenvolvimento. Diz Ferrinho que ‘a nossa ação deve «resumir-se» em despertar neles uma vontade e uma ânsia de progresso’.

Ferrinho considera que a base do desenvolvimento é a agricultura, começando pela fixação do agricultor itinerante, como Caetano e von Gersdorff já o haviam dito. A fixação não deve ser policial, não deve ser uma fixação imposta num espaço, deve ser livremente entendida e querida pelo fixado.

E nada melhor que as cooperativas, com o seu ideal próprio, para transformar a estrutura tribal numa estrutura moderna.

Nesta fase do seu discurso Ferrinho toca na ferida, quantas vezes ainda hoje aberta, a de que ‘antes de criar cooperativas necessário se torna «criar» cooperadores’. Educar para a cooperação e na cooperação, isto é, ir educando à medida que se vai praticando, é fundamental para que se consiga chegar a bom porto. E Ferrinho é nisso mais lúcido que o professor germânico/americano, já que pugna pela constituição de pré-cooperativas, e não por cooperativas do tipo das que o regime salazarista impôs aos agricultores da metrópole.

Tais pré-cooperativas, atento o estado de descapitalização do indígena, necessitam de capital de arranque estatal, mas o financiamento deve ser temporário até o indígena se poder ‘bastar por si próprio’.

E termina com uma estratégia assente em três pilares prévios à institucionalização da cooperativa legalmente aceite: o centro social, local de desenvolvimento do espírito de iniciativa e de intercâmbio entre participantes no empreendimento; a emancipação da mulher, considerada como centro da vida rural e motor da evolução da comunidade; o armazém cooperativo, local de formação de preços, de tratamento, classificação e acondicionamento dos produtos, de estímulo à poupança individual, e fornecimento de fatores de produção e apoio técnico estatal (a tal organização que Caetano dizia os comerciantes locais verem como inimiga).

Obviamente que não sabemos se as ideias de Ferrinho obtiveram generalizada aceitação, se foram, e em que escala foram implantadas, como poderia ter sido o desenvolvimento agrícola moçambicano se a história tivesse seguido caminho diverso. Percebe-se, sim, que o autor conhecia bem o cooperativismo como doutrina e modelo de desenvolvimento, e estava a par das discussões internacionais realizadas noutros continentes que não apenas o africano.

3. BANCO COOPERATIVO

O Boletim Cooperativista nos nºs 113 e 114, de março e abril de 1963, publica uma palestra realizada na Associação Comercial da Beira em 9 de março de 1962, proferida pelo Dr. Caetano de Oliveira Nunes, que intitulou BANCOS COOPERATIVOS.

Pela sua extensão, que aliás motivou a sua publicação em livro, editado pela Editorial Coop, e de que existem exemplares na Biblioteca da Casa António Sérgio, apenas reproduzo as partes em que se focam problemas concretos de Moçambique.

1) (...)

2) *Economicamente, Moçambique o que é? Que tipo ou classe de mercadorias representam os maiores valores de importação? Qual é o poder de compra em relação aos salários médios? Qual é, em percentagem territorial, o aproveitamento agro-pecuário de Moçambique? Qual é o padrão de vida da população rural? Qual é a capitação de calorias? Qual é a renda «per capita»? Como se representam os problemas da saúde, da educação e da instrução? Que garantias temos sobre a duração do trabalho? De que meios financeiros dispomos para nos lançar numa recuperação económica? Que planos existem para a alcançar?*

(...)

As respostas que cada um de nós apresentar às perguntas que há momentos enunciei levam-nos, estou certo, à conclusão de que a promoção do aumento do rendimento nacional é inadiável, porque é através dele que aumentaremos os níveis de consumo que determinarão o melhoramento do nível de vida. O progresso social que é premente operar virá a seguir, pois ele depende inteiramente do progresso económico.

(...)

3) (...) *o nosso problema ainda não é o da técnica, mas o da própria produção. É um problema de progresso económico na sua fase mais primitiva. Evidentemente que a planificação dos trabalhos deverá atender à técnica da produção para se obter maior rendimento inicial. Para isso, basta-nos apenas adaptar a experiência e a ciência dos outros povos, já que não é aconselhável que implantemos em Moçambique o que há de obsoleto em Portugal.*

Cumpra-nos esboçar um programa de progresso económico que se ajuste às verdadeiras condições sócio-económicas de Moçambique. Como supõem, não irei defender o ponto de vista da industrialização.

Como poderia fazê-lo se não temos mercado interno para os produtos acabados, em consequência de apenas uma pequeníssima parte da população ter poder de compra?

A nossa acção possível tem de ser dirigida ao campo da produção agrícola e mineira. A partir do aumento do número de agricultores veremos aumentarem os consumos e poderemos pensar então em indústrias. A exportação de minério mobilizará divisas.

Evidentemente que esta opinião não pressupõe o abandono da ideia da instituição de indústrias de transformação, como sejam as consequentes da actividade agro-pecuária, tal como indústrias de tecidos, produtos alimentares, conservas de carne, gorduras, sisal, óleos vegetais, etc.

(...)

Que se institua sim as indústrias cujos produtos puderem concorrer em preço e qualidade com as de outras origens. Que o Estado abdique de cobrar direitos sobre as matérias-primas de importação que forem necessárias a tais indústrias. O resto (...) nem por patriotismo.

Já nos bastam e sobram até exemplos «patrióticos», como o da rede eléctrica de Lourenço Marques.

Deve estruturar-se a produtividade económica de Moçambique, a partir da actividade agro-pecuária e das indústrias de transformação. Indústrias doutro tipo, que venham, mas sem beneficiar de créditos e de protecções que obriguem o consumidor a pagar mais do que é devido.

4) *Além de nos faltarem planos e estruturas, falta-nos também o dinheiro indispensável à produção, cujos factores clássicos são, como sabem, Terra, Trabalho e Capital.*

Incumbe-nos, portanto, escolher e preparar a terra, esquematizar e dividir o trabalho e arranjar capital, sem esquecer pormenores elementares como sejam, de entre outros, vias de drenagem e mercados para os produtos. Concluímos que se trata dum extensíssimo programa de colonização interna, para cuja execução não estamos preparados.

Como resolvê-lo?

Direi sucintamente que por via cooperativa, pois é a única forma de actividade que se me afigura susceptível de se ajustar às características do nosso povo e de concitar uma população naturalmente desconfiada e descrente a colaborar na realização duma obra que lhe respeita essencialmente, isto, porque o cooperativismo, visando objectivos económicos e sociais é, ao mesmo tempo, moral e altruísta; dignifica o homem e defende os pobres da ganância e de outras práticas quantas vezes condenáveis.

Impõe-se, portanto, a estruturação inteligente do cooperativismo em trabalhos que assentarão na legislação básica que é tão conveniente como indispensável promulgar.

Sem esta legislação, as iniciativas que se processarem esbarrarão nas dificuldades habituais, muitas vezes propostas com pouca inteligência e com o objectivo de recusar a acção que se oferece. Quantas vezes sucede isso, apenas, porque os detentores do monopólio das iniciativas ficam ofendidos que outrem pense (...).

A falta de legislação reguladora adequada e particularizada não impede, porém, que a nossa acção se processe e que todos os que estiverem conscientes das nossas necessidades actuais e das soluções que se nos impõem, ocupem o seu lugar, para intervir e para dar maior corpo e mais força à indispensável expansão cooperativa. Esta expansão determinará, de resto, a promulgação da legislação básica. É o caso do carro à frente dos bois, fenómeno que já não estranhámos (...).

5) Para já é válida a hipótese da criação de meios financeiros indispensáveis ao suporte da expansão cooperativa nesta terra.

Como conseguir os meios financeiros necessários?

É o que vamos tentar mostrar.

Poderemos contar com os capitalistas metropolitanos?

A minha resposta vem com outra pergunta: Se o capital nacional nunca se interessou verdadeiramente por África, a que título modificará agora a sua política?

Por patriotismo? O patriotismo dos detentores de capital é na generalização limitado pelo alto apreço e elevada estima em que o seu capital é tido. Investimentos só a curto prazo, com garantias muito seguras, com créditos elevados e reembolso rápido.

O momento actual é menos reconfortante para eles de que para nós - que estamos na primeira linha.

Tais condições não satisfazem, nem o nosso plano fundamental nem as nossas necessidades de crédito.

Fala-se na instituição de novos organismos de crédito.

Deles não posso ocupar-me por lhes desconhecer as características. Estou, porém, crente de que se não ajustam à necessidade da cooperativização de Moçambique.

Se tais institutos não encorajarem decididamente a expansão cooperativa, não nos servirão no plano conveniente, por não nos ajudarem a satisfazer o premente objectivo de tornar mais humanas e válidas as condições de vida das populações nativas.

(...)

Restam-nos portanto os Bancos Comerciais. Pergunto: Que papel cabe desempenhar aos bancos comerciais? Nenhum que interesse verdadeiramente o nosso plano. Limitados à concessão de empréstimos a curto prazo, são de pôr de lado, por não possuírem orgânica conveniente aos fins em vista.

(...)

6) (...) Temos um programa de valorização económica a cumprir. Temos que o cumprir com o apoio ou sem ele, precisamos dum organismo de crédito que nos ajude na nossa acção. Temos de instituir esse organismo de crédito.

A fórmula que nos servirá é a fórmula cooperativa. Mesmo dispensando os grandes capitais, dentro de 4 ou 5 anos o capital do instituto de crédito poderá atingir a ordem dos 300 mil contos, se todos quisermos que assim seja. Quem de entre nós não pode reduzir voluntariamente os consumos mensais em 200 escudos, até que o somatório destas retiradas mensais perfaça 10 contos? Quantos de entre nós não podem realizar de uma só vez os 10 contos? Quantos não poderão realizar de uma só vez dois ou três contos? Mas para conseguirmos atingir aquela representação de capital, o mínimo permitido pela lei portuguesa para que os Bancos processem empréstimos a longo prazo, é necessário que cada um de nós se filie no Banco e que traga consigo 5 ou 6 amigos, e assim sucessivamente, num encadeamento contínuo. É muito? A dificuldade em conseguir este número de aderentes é nenhuma, se cada um de nós tiver a perfeita consciência do momento que passa e do que nos compete fazer, embora já não seja cedo.

7) Impõe-se, porém, que troquemos ideias acerca dos bancos cooperativos (...).

7.1. Da Cooperativa de Crédito ao Banco Cooperativo. Vêm de tempos imemoriais as dificuldades que as pessoas pobres e sem bens encontram na obtenção do crédito que lhes faz falta para resolverem situações angustiosas ou para melhorarem as suas condições de vida.

Houve uns homens, há cerca de cem anos (1876), que pensaram que, se o povo colocasse mensalmente uma pequena parte dos seus ganhos num Fundo Comum, poderiam todos vir a ter quem os socorresse numa aflição, por meio da concessão de empréstimos sobre os quais recaísse o pagamento duma taxa de juro mínima.

(...)

Os juros que os sócios beneficiários pagam sobre o dinheiro que utilizam servem para fazer face aos encargos da sociedade, para constituir reservas - indispensáveis à solidez da cooperativa - e para ser restituída aos sócios a parte que sobrar.

As cooperativas de crédito são geralmente compostas por poucas pessoas que entregam pequenas importâncias ao Fundo Comum. Assim, tais Caixas não terão a possibilidade de grandes empreendimentos.

Mas, se forem muitos os associados, haverá muito dinheiro e então a cooperativa de crédito poderá tomar a forma de Banco, sem deixar de ser cooperativa.

Sendo Banco, a cooperativa presta aos seus sócios todos os serviços que habitualmente os Bancos Comerciais prestam aos seus clientes e, em muitos casos, ainda tem capacidade para se dedicar a operações de fomento.

(...)

7.2 Banco Cooperativo. O que é, portanto? É uma empresa bancária constituída por muitos sócios com pouco dinheiro.

7.3. Qual a sua finalidade? A prestação de serviços, em ordem a auxiliar os sócios nos seus empreendimentos e dificuldades. As operações que o Banco Popular de Moçambique praticará são duma maneira geral as seguintes:

a) Depósito de valores de qualquer natureza; b) Operações de câmbio; c) Desconto; d) Abertura de contas-correntes; e) Empréstimos para casos de emergência pessoal ou familiares ou destinados pelos sócios aos mais variados fins da sua vida privada; f) Apoio financeiro-técnico-administrativo a novas iniciativas dos seus sócios e muito especialmente aos movimentos de expansão cooperativa.

7.4. Características fundamentais dos bancos cooperativos.

a) Os bancos cooperativos são organizações de solidariedade pessoal e humana (por isso visam amparar os associados).

b) Como referimos, cada associado só tem direito a um voto, independentemente do capital com que contribui para o Banco.

c) O capital dos bancos cooperativos é dinâmico (cresce com a admissão de novos sócios) (...).

d) Os bancos cooperativos impõem aos seus sócios o hábito da criação de economias (...).

e) A característica que mais nitidamente distingue uma cooperativa duma empresa comum, embora ambas constituídas sob a forma de sociedade anónima, está no facto de cada associado duma cooperativa ter somente direito a um voto. Não importa o valor do capital com que cada um tenha contribuído. Outras características são as seguintes: as sociedades cooperativas visam amparar o associado; são organizações lucrativas. Como nas cooperativas o capital não tem privilégio, nas assembleias gerais é impossível formarem-se grupos de maioria, quase sempre prejudiciais aos verdadeiros interesses da sociedade. As decisões

dos sócios em assembleia geral reflectem nas cooperativas o interesse pessoal da maioria dos presentes, circunstância que nem sempre se verifica nas sociedades anónimas.

7.5. A variabilidade do capital.

Afirmámos que o capital do Banco é variável. Cresce com a admissão de sócios; diminui com a exoneração.

Como o capital desempenha nos bancos cooperativos uma função tão importante como nas empresas comuns, em que é estático, isto é, não aumenta nem diminui, houve que dar ao capital do Banco Popular a característica de estabilidade necessária.

Para isso, a restituição do capital dos sócios que se exonerarem é feita, segundo as disponibilidades do «Fundo de Reembolso de Partes Sociais», alimentado anualmente por 40% das sobras líquidas anuais (lucros).

7.6. Meios Financeiros.

Os meios financeiros e que os bancos cooperativos se servem para operar, são os mesmos que os bancos comerciais utilizam e mais os provenientes da sua natureza cooperativa: aforro obrigatório (240\$00 anualmente durante 10 anos), retenção de bónus, etc.

7.7. Administração.

Nos bancos cooperativos, a mais alta autoridade vem dos associados que, em Assembleia Geral, manifestam a sua vontade por meio da palavra e do voto - um para cada sócio, independentemente do capital que tiverem realizado. Quer dizer: Todos os sócios intervêm na vida administrativa do Banco, e na eleição da Direcção, do Conselho de Crédito e da Mesa da Assembleia Geral.

7.8. Conselho de Crédito.

O Conselho de Crédito tem a função de apreciar os pedidos de empréstimo que forem apresentados ao banco e sobre eles emitir parecer.

Às suas sessões será admitida a assistência de sócios.

Este Conselho tem função de alta importância moral e, portanto, associativa: impede que os empréstimos sejam concedidos em razão de preferências pessoais, do suborno e da venalidade.

7.9. Assembleias Gerais.

O princípio básico cooperativo - todos os sócios têm um voto que devem usar - e a elevada quantidade de sócios dos bancos cooperativos, fazem que as assembleias gerais tenham de ser de cúpula, isto é, que se efectuem ao nível de Delegados, eleitos pelos sócios nas Assembleias de Distritos.

O processo de preparação de Assembleias Gerais desenvolve-se sob o seguinte esquema:

Assembleias de Zona - Assembleias de Distrito - Assembleias Gerais.

Assembleias de Zona: Constituídas por 300 sócios, no mínimo, realizam-se tantas quantas forem necessárias para comportarem a massa associativa na sua totalidade. São seus fins: a) apreciar e dar opinião sobre os problemas propostos pela administração do Banco; b) apresentar propostas de interesse para a actividade do Banco em geral e para as respectivas zonas em especial; c) eleger e orientar os seus representantes às Assembleias de Distrito.

Assembleias de Distrito: Compostas por 300 delegados das respectivas Assembleias de Zona, tem principalmente os seguintes objectivos: a) unificar as propostas das Assembleias de Zona, discutir-las e votá-las; b) eleger delegados à Assembleia Geral.

O sistema, indubitavelmente laborioso, mostra, entre outras, as seguintes vantagens:

a) As Assembleias Gerais serão sempre constituídas por um número certo de sócios - 300 - que, por actuarem na qualidade de delegados, representam a vontade da massa associativa, tanto mais que são orientados por ela;

b) Os interesses dos sócios, mesmo os que vivam nas mais afastadas zonas, serão trazidos à Assembleia Geral e defendidos nela;

c) O nível das Assembleias Gerais será elevado, já que os delegados eleitos representam, naturalmente, as melhores possibilidades da massa associativa;

d) Aumento do campo de recrutamento de dirigentes, já que os Delegados da massa associativa às Assembleias Gerais, pela sua acção dinâmica, constituirão o escol da massa associativa, donde sairão os elementos que governarão o Banco.

7.10. Como se orientaram os Estatutos do Banco Popular?

O Estatuto do Banco Popular de Moçambique foi padronizado nos estatutos das «cooperativas de crédito» existentes pelo mundo, embora adaptado às leis básicas portuguesas, e às condições locais.

7.11. Benefícios directos aos sócios.

Como a instituição do Banco se processa a partir do Mealheiro Cooperativo - caixa de aforro - que funciona desde 1955 e já movimentou cerca de 210 milhões de escudos, o capital social realizado poderá beneficiar imediatamente do bónus de 5% ao ano.

Outros benefícios se instituirão de futuro como um seguro sobre o capital e sobre os depósitos dos associados, seguro este que, por morte ou invalidez permanente do associado, os seus herdeiros ou ele próprio fiquem com o direito de receber o dobro, tanto de capital como dos depósitos.

O capital realizado terá ainda direito a receber os dividendos que forem votados em Assembleia Geral até ao máximo de 5%. Os sócios ainda poderão exonerar-se. Em tal caso, receberão o capital que realizaram e a parte que lhes competir nos fundos que forem distribuíveis.

7.12. Área geográfica.

O Banco Popular exercerá a sua acção em todo o território de Moçambique. Ele estará onde for necessário. Ao nível de filial, de agência, de correspondente, de agência móvel, de apoio às caixas económicas das cooperativas que, sucessivamente, se forem fundando, ele exercerá a sua função de valorização económica e acompanhará a ocupação humana.

7.13. Objectivos e meios financeiros do Banco Popular.

(...)

b) Estimular a prática da solidariedade e do auxílio mútuo pelo desenvolvimento do espírito cooperativista, auxiliando, para tanto, não só a difusão da cultura cooperativa, como a criação e desenvolvimento dum extenso sector cooperativista, essencial à estruturação da vida em bases mais fáceis e mais humanas.

c) Proteger as cooperativas existentes, por meio de apoio financeiro e de assistência técnica e administrativa convenientes ao seu progresso.

d) Fomentar a criação de novas cooperativas, enquanto a sua acção for essencial neste campo.

(...)

8. Vai longa esta caminhada (...).

A vossa qualidade de natural ou residente em Moçambique impõe-vos mais este esforço: o de ajudar, voluntária e conscientemente, a formar um órgão essencial à criação de riqueza e à elevação social e económica da nossa população rural, na certeza de que ele também estará atento, ás solicitações de auxílio para fins pessoais que lhe forem submetidos. Não é cedo para tomarmos a consciência plena de que necessitamos dum Banco Moçambicano e de que só a fórmula cooperativa apresenta as características convenientes à satisfação dos fins em vista, porque a fórmula cooperativa é aquela que melhor se ajusta aos interesses colectivos e a única que pode agrupar numa posição igualitária os que quiserem participar e cooperar nesta obra, independentemente do capital que possuam.

Nas cooperativas, não são admitidos o predomínio de raças ou de grupos financeiros, a política partidária e os problemas religiosos não têm audição nem admissão nas verdadeiras cooperativas. Nelas não existem motivos de divisão entre os homens. Elas tendem e lutam unicamente pela dignificação do homem.

Não temos tempo para esperar mais, nem podemos aguardar sem prazo que os nossos problemas económico-financeiros venham a ser resolvidos por quem não os sentir verdadeiramente ou que a solução não use a escala mais conveniente.

Estas são razões suficientes para que instituamos o Banco Popular de Moçambique. O êxito da iniciativa não depende da quantidade do capital que cada aderente tiver disponível. Depende apenas da quantidade de aderentes. O Banco Popular de Moçambique dirigirá a sua acção ao desenvolvimento económico de Moçambique. Todos estamos interessados no engrandecimento de Moçambique. Como somos todos a querê-lo, todos vamos instituir o primeiro banco cooperativo que se funda em território português. Todos mostraremos que podemos caminhar sem a intervenção directa dos detentores dos grandes capitais. Mostraremos ainda que o nosso capital, proveniente do nosso trabalho, se todos quisermos, será suficiente para instituímos o órgão creditício que, dirigido por vós, visará o desenvolvimento desta nossa terra Mãe, e a elevação económico-social dos seus povos.

O autor começa por caracterizar Moçambique à época, e vai no mesmo sentido de Homero Ferrinho ao privilegiar o desenvolvimento através da produção agrícola e mineira em detrimento da industrialização da província, já que para os produtos industriais esta não possuía mercado interno para o escoamento do produzido.

Claramente diz, depois, que Moçambique deve contar com o esforço dos seus habitantes, mais do que esperar por uma solução que chegue da metrópole, e para tal deve motivar-se a poupança interna, já que é indispensável dinheiro para produzir, nos seus termos 'escolher e preparar a terra, esquematizar e dividir o trabalho e arranjar capital'.

Para ele a via cooperativa é a solução, e de preferência com leis específicas, mas não sendo necessário esperar por elas, trabalhando já na 'criação de meios financeiros indispensáveis ao suporte da expansão cooperativa nesta terra'. E, porque se não poderia contar com capital da metrópole, nem com os bancos comerciais existentes na colónia, haveria que criar o banco cooperativo.

Oliveira Nunes não estava a partir do zero, já que na Sociedade de Moçambique para o Fomento da Construção de Casas, a que certamente pertenceria, e cuja obra construída ainda hoje é visível em Maputo, existia uma secção de Mealheiro Cooperativo com algum sucesso, algo que o Boletim Cooperativista viria a noticiar por várias vezes enquanto se publicou e que mais adiante reproduziremos. Desde já diga-se, porém, que essa Sociedade poderia ter feito ver ao legislador cooperativo português do período pós Revolução que todas as vantagens existiam no modelo cooperativo multissetorial. A Sociedade, conhecida por Coop, era ao mesmo tempo cooperativa de habitação, de consumo, de cultura, de crédito e de serviços médicos. A multissetorialidade teria de esperar pela revisão do Código Cooperativo de 1997, que foi motivada pela nova formulação de princípios cooperativos da Aliança Cooperativa Internacional de 1995.

O que é um Banco cooperativo, a sua história, que finalidades visa prosseguir, e que características cooperativas possui a nível da sua organização, administração e atuação, é o que Oliveira Nunes muito claramente refere depois, e que serve de guia a qualquer um que se abalance a tentar desenvolver um Banco cooperativo ainda hoje.

Já o disse, uma vez regressado a Portugal após a independência de Moçambique, Nunes procurou levar a cabo iniciativa semelhante. Conhece-se também um outro projeto de Banco cooperativo ligado a personalidades públicas, incluindo um ex-ministro de um Governo de Sá Carneiro. Mas as iniciativas esbarraram no Banco de Portugal, e ainda hoje, quase 40 anos depois da Constituição de Abril ser clara quanto à liberdade de criação de cooperativas, o setor de cooperativas não agrícolas tem de recorrer à banca comercial para se financiar, deparando com dificuldades de não entendimento das especificidades próprias da organização cooperativa e do seu funcionamento.

O Banco Popular de Moçambique, nome que foi pedido à tutela, merece-nos uma derradeira chamada de atenção por querer ser o impulsionador do movimento cooperativo na colónia.

'Estimular a prática da solidariedade e do auxílio mútuo pelo desenvolvimento do espírito cooperativista, auxiliando, para tanto, não só a difusão da cultura cooperativa, como a criação e desenvolvimento dum extenso sector cooperativista, essencial à estruturação da vida em bases mais fáceis e mais humanas; proteger as cooperativas existentes, por meio de apoio financeiro e de assistência técnica e administrativa convenientes ao seu progresso; e fomentar a criação de novas cooperativas, enquanto a sua acção for essencial neste campo', eram objectivos que denotam serem verdadeiros cooperativistas aqueles que estiveram por detrás da tentativa de criação do Banco, e por isso um registo especial merecido aqui fica.

Sérgio sempre navegou por águas semelhantes. Em vários escritos pugnou pelo banco cooperativo, mas o mais que conseguiu foi ver a criação de uma secção de crédito cooperativo na Caixa Geral de Depósitos.

Logo no primeiro número do Boletim, de fevereiro de 1951, o ponto 5º do seu caderno reivindicativo para o cooperativismo nacional era:

'Elaborar um projecto de estatuto de uma Caixa de Crédito Cooperativo, destinada a auxiliar financeiramente as cooperativas e também (enquanto se não cria uma Junta de Auxílio ao Cooperativismo) a esclarecer, incitar e auxiliar os cidadãos na obra de criar e federar cooperativas.'

Mais tarde, no nº 63, de dezembro de 1958, esclarece os leitores:

'Há instituições cooperativas de crédito de duas espécies: as Caixas Cooperativas de Crédito e os Bancos Cooperativos. Chamamos «caixas cooperativas de crédito» a uma espécie de bancos cujos sócios são indivíduos que têm entre si um vínculo comum e se propõem fomentar o aforro e conceder, quando necessário, crédito aos sócios a juro baixo; e chamamos «bancos cooperativos» a organismos de crédito cujos sócios são, sobretudo, não indivíduos, mas sim sociedades cooperativas, e que visam a fornecer créditos para financiamento das várias espécies de cooperativas e para auxílio às caixas cooperativas de aforro e crédito, proporcionando-lhes meios para desenvolvimento das suas operações.'

Creio que Oliveira Nunes e os seus colegas conheciam as ideias de Sérgio, pois existiam contactos com o Grupo do Boletim, evidenciados pela notícia saída no nº 104, de junho de 1962 intitulada BANCO POPULAR DE MOÇAMBIQUE.

A convite dos Srs. Drs. José Oliveira Nunes e Vítor Bastos, reuniram-se num hotel de Lisboa, jornalistas de órgãos da Imprensa da capital e da província ultramarina de Moçambique, que foram minuciosamente informados acerca da fundação de um Banco Cooperativo naquela nossa província ultramarina.

Até agora, industriais e comerciantes têm para seu desenvolvimento apenas dois Bancos: o B.N.U. e o Stander Bank (sic).

Os métodos de trabalho do projectado Banco Cooperativo são totalmente diferentes.

O Banco Cooperativo trabalhará exclusivamente com sócios. Cada novo cliente será obrigatoriamente um novo sócio que não só subscreverá capital - que vai aumentar o capital do Banco - como será obrigado à constituição anual de economia individual.

Parece que tudo se conjuga para que a iniciativa da criação do Banco Popular de Moçambique seja em breve uma feliz realidade.

Os autores da iniciativa partiram, para a Suíça, França, Itália, Bélgica e Suécia, em visita de estudo aos Bancos Cooperativos há muito existentes naqueles países.

As entidades superiores que superintendem nos problemas da província, deram a sua concordância à criação do Banco Popular de Moçambique.

O leitor certamente se questionará sobre a razão pela qual o banco nunca viu o dia. Talvez os arquivos do Banco de Portugal possam um dia fazer luz sobre os motivos que o inviabilizaram.

Sabe-se que, foi mesmo lançada uma petição pública como tentativa de pressão para a legalização do Banco, petição que foi assinada por muitos, alguns personalidades conhecidas como opositoristas ao regime de Salazar, pela Coop e por uma Cooperativa dos Criadores de Gado. Significou a não consideração da petição de um mero ato demonstrativo do lado de que estava o Poder?

4. OUTRAS NOTÍCIAS SOBRE O COOPERATIVISMO NAS COLÓNIAS

4.1. Cooperativismo em Moçâmedes

De Angola, o Boletim Cooperativista nº 104, de junho de 1962, publica o artigo «O LAR DO NAMIBE» - UMA COOPERATIVA DE CONSTRUÇÃO EM FRANCO PROGRESSO, de autoria de Alberto Alves Carneiro.

São as mais animadoras e sem dúvida entusiásticas as informações que constantemente nos chegam sobre o modelar funcionamento e proveitosa actividade, da sociedade Cooperativa «O Lar do Namibe», com sede em Moçâmedes, Angola.

Fundada em 16 de Fevereiro de 1950, data da assinatura da escritura pública, esta teve a outorgá-la elevado número de sócios fundadores, e desde então o seu desenvolvimento tem-se acentuado de maneira notável com realizações dignas de registo, facto que muito tem contribuído para a valorização da propriedade, em sistema colectivo, de várias localidades em África.

Se bem que a sua sede seja em Moçâmedes, a acção construtiva da Cooperativa estende-se, com indiscutível projecção, a outras terras de todo aquele continente africano.

Pontos de vista interessantíssimos e grandemente favoráveis no que se refere a benefícios e direitos dos respectivos associados tornam em moldes diferentes a organização de «O Lar de Namibe» de muitas outras sociedades congêneres existentes em terras da Metrópole.

O número de sócios em 31 de Março último elevava-se a 9714, e as construções efectuadas desde a sua fundação em fins de Dezembro do ano findo eram representadas por 291 habitações, 28 apartamentos, 26 estabelecimentos, 2 sedes destinadas a colectividades, 1 capela e 1 hotel.

Perante os trágicos acontecimentos ocorridos no princípio do ano de 1961, em Angola, em que muitas foram as famílias que se retiraram da Província, foi de notar, por tal motivo, a falta de pretendentes às habitações construídas.

A instituição, num alto sentido de objectividade dos princípios que representa e defende, não fez paralisar as construções que tinha a seu cargo e responsabilidade, garantindo dessa forma o trabalho ao pessoal da construção civil, como procurou ainda adquirir, num local muito central da cidade de Moçâmedes, um amplo terreno para início de novas construções onde pudesse aplicar as verbas disponíveis de capital, previstas nos Estatutos.

Um imóvel de positivo valor - uma Estalagem, no sentido mais digno e nobre da palavra - aí teria a sua edificação, com o fim de testemunhar, aos vindouros, um exemplo dado pelos moçâmedenses levado a efeito numa hora séria e grave.

As diligências para que tal imóvel apareça aos olhos da população de Moçâmedes, ou aos seus futuros visitantes e residentes, prosseguem, activa e inteligentemente, por parte da Direcção da Cooperativa, dado que certas dificuldades surgiram a tão simpático empreendimento, da entidade oficial que superintende e autoriza as respectivas construções citadinas.

Como no início se afirma, a acção de «O Lar do Namibe», abrange toda a terra portuguesa, e a prová-lo está o facto de, a seguir a um sem número de consultas, ter construído a sua primeira Delegação, cabendo à cidade do Porto, essa honra.

Desde Maio do corrente ano, que uma metódica e insistente propaganda está sendo feita por intermédio de comunicados oficiais, publicados e distribuídos directamente a uma parte da população e firmas comerciais da referida cidade, no sentido de tornar bem conhecidos os elevados objectivos que animam e orientam a Instituição, interessando aquelas entidades, pessoais ou colectivas, nas finalidades sociais que são a razão da existência da Sociedade «O Lar do Namibe».

Desta forma, em contacto com a Delegação agora criada, os inscritos residentes no País, ficam com a faculdade de, com mais possibilidades, estabelecerem as suas relações sociais com a sua Cooperativa.

O «Boletim Cooperativista», que é distribuído aos sócios do «Lar do Namibe», graças à simpática decisão dos amigos que compõem a Direcção da Cooperativa, ao adquirir certo número de exemplares, não podia deixar de se referir a mais uma iniciativa - a sua Delegação - que vem muito valorizar a acção dos dirigentes cooperativistas que, em terras de África, procuram com inteligência, dedicação e alta visão social, resolver um problema de interesse vital, a construção de uma casa para cada sócio.

Tal como em Moçambique, as cooperativas de habitação terão sido o ramo cooperativo mais pujante na outra ex-colónia portuguesa do sul de África.

A menção à abertura de uma delegação na metrópole, no Porto, e a referência feita ao início da guerra independentista na colónia, pode significar que os membros se estariam a precaver para o caso de terem de abandonar o território. Mas apesar de uma outra notícia sobre a cooperativa surgida mais adiante no tempo, nada se conhece sobre o andamento do dito projeto do Porto, e depois de Abril não existe registo de que a delegação da cooperativa tenha funcionado.

Ainda ligada à cooperativa «O Lar do Namibe», o Boletim Cooperativista, no seu nº 106, de agosto de 1962 epigrafa um artigo com COOPERATIVA EDITORIAL ANGOLANA.

Sob o patrocínio da Sociedade Cooperativa «O Lar do Namibe», com gente sua e para seguir a mesma rota de trabalho, foi constituída em Moçâmedes, por escritura pública de 15 de Janeiro p. p., a «Cooperativa Editorial Angolan».

Como determinam os Estatutos, a Cooperativa é absolutamente alheia a qualquer espécie de manifestações de carácter político e religioso e podem ser sócios dela, todos os indivíduos, maiores, de ambos os sexos, e menores quando devidamente autorizados por seus pais ou tutores, e também as entidades comerciais, industriais, agrícolas, culturais, de recreio, ou quaisquer outras, quando devidamente legalizadas.

São considerados sócios fundadores, todos aqueles que fizerem a sua inscrição até ao dia 30 de Setembro de 1962.

Os sócios estão divididos por várias categorias, a saber:

Efectivos - Pagando o mínimo de 10 acções, no valor de 100\$00 cada, mas podendo estas ser liquidadas mensalmente, no mínimo de vinte prestações de 50\$00, acrescidas de 10%, para encargos de administração. Nesta qualidade de sócios efectivos, não ficam obrigados a outros encargos futuros, a não ser de 2\$50 mensais, para a construção do Edifício Sede da «Cooperativa Editorial Angolan».

Sócios Auxiliares - Sem encargos de Acção, pagam a quota mínima, mensal, de 5\$00, que pode ser cobrada nas condições que o sócio indicar. Esta qualidade de sócio, não tem direitos de voto nem de discussão nas Assembleias, nem sobre os destinos da Cooperativa. Limitam-se a colaborar financeiramente nos objectivos sociais da Cooperativa.

Sócios Beneméritos - São todos aqueles que contribuem com um mínimo de 5.000\$00 (cinco mil escudos), pagáveis num máximo de 10 prestações.

Sócios Honorários - São todos aqueles que prestem à Cooperativa, auxílios de qualquer natureza, de ordem moral ou financeira.

A traços ligeiros foi dito, quais os propósitos da «Cooperativa Editorial Angolan» e a orgânica no que se refere à admissão de associados.

O QUE OFERECEMOS?

Quem entra para qualquer agregado social visa, regra geral, conhecer as benesses de ordem material que possa escolher. Essas são ínfimas na «Cooperativa Editorial Angolan».

O fim dela não é o balcão, nem operações rendosas que ofereçam garantias ao pequeno capital a despender por quem venha a inscrever-se na Cooperativa.

No entanto, o Artigo 8º dos Estatutos prevê um desconto de 10% nos livros editados e 5% em jornais ou revistas, para todas as categorias de sócios.

Com o tempo, o sócio receberá a compensação, mas dos que vierem até nós é de esperar a compreensão de utilidade social que representamos e não rentabilidade da sua cooperação financeira, porque, como foi dito, à parte o encargo inicial, o sócio efectivo não mais terá quotas a pagar, a não ser o mínimo de 2\$50 mensais para fins de construção da Sede.

À juventude, à mocidade estudiosa e aos homens para quem os problemas angolanos fazem parte da sua razão espiritual de ser, oferece a «Cooperativa Editorial Angolan» campo vasto para em livros e folhetos poderem apresentar as suas ideias.

Um Conselho Técnico formado em condições que o Regulamento Interno mencionará, fará a apreciação e decidirá quais as obras que de preferência deverão ser editadas.

É evidente que será dada primazia às produções intelectuais dos associados, mas não obsta que se considere também o trabalho de indivíduos alheios à Cooperativa.

Dirigimo-nos, pois, não apenas aos que têm sede e fome de justiça, mas, acima de tudo, àqueles que vêem no Homem um valor a elevar, a dignificar, a respeitar.

Como se fosse um anúncio, e na primeira página, este artigo mostra-nos uma cooperativa com incursões pelos ramos da cultura e da produção editorial. Porém, ao contrário da Coop de Moçambique, a atividade levou à criação de uma nova cooperativa e não ao alargamento de atividades da cooperativa 'mãe', a de habitação.

No Boletim Cooperativista nº 118, de agosto de 1963, surge-nos uma derradeira referência à cooperativa de habitação criada em Moçâmedes:

SOCIEDADE COOPERATIVA «O LAR DE NAMIBE»

Tomámos conhecimento com prazer do Relatório da Gerência de 1962 desta cooperativa de habitação cuja sede é em Moçâmedes.

Do mesmo relatório transcrevemos:

«Nunca viemos, em qualquer ano da existência da nossa cooperativa, perante a massa associativa, declarar um recuo quanto ao aumento populacional e arrecadação de receitas.

Assim acontece também este ano, que com íntima satisfação podemos dizer nesta Assembleia, que mais outro ano rodou sobre a vida da Cooperativa e com ele, mais um salto progressivo, embora Angola tivesse sofrido e continue sofrendo, a guerra e o terrorismo.

Nem por isso estes factores impediram o progresso e engrandecimento da nossa organização.

Podemos mesmo afirmar que todos os sectores se apresentam em franco progresso, que a verdade dos números se encarregará de demonstrar, com bastante eloquência».

Durante o ano de 1962 foram admitidos 1059 sócios, havendo em 31 de Dezembro, no activo, 6500.

Saudamos a Cooperativa «O Lar de Namibe» esperando que continue em franco progresso.

4.2 Estudos Cooperativos

A disseminação do ideal cooperativo, em Moçambique primeiro, e depois em Angola, esteve ligada ao Eng^o Homero Ferrinho, de quem o Boletim incluiu e aqui reproduzi uma longa palestra. Foi ele que esteve por detrás da criação do CENTRO MOÇAMBICANO DE ESTUDOS COOPERATIVOS, que viria a ser objeto de três artigos no Boletim Cooperativista, nos seus nºs 128, de junho de 1964, 134, de dezembro de 1964, e 137, de março de 1965.

O jornal «Coop», órgão cooperativista de Moçambique, dá a agradável notícia da constituição em Lourenço Marques, do Centro Moçambicano de Estudos Cooperativos. O Boletim Cooperativista congratula-se pelo início em Moçambique duma instituição cooperativa de carácter cultural e espera a cooperação conjunta na divulgação da doutrina educativa e realizações cooperativistas.

Igualmente são de destacar os esforços que se estão a realizar em Moçambique para a constituição do Banco Popular Cooperativo.

A experiência dos movimentos cooperativos dos países mais desenvolvidos mostra a vantagem de haver organizações dedicadas ao estudo dos seus problemas e do cooperativismo em geral. É de tal modo benéfica a influência dessas associações de estudos, que quase sempre são apoiadas pelas sociedades cooperativas. Um exemplo relativamente recente deram-no as cooperativas, as associações mutualistas e caixas económicas de Espanha criando em Madrid a «Asociación de Estudios Cooperativos».

Não nos surpreendeu, portanto, que Moçambique, onde o movimento cooperativo tem progredido acentuadamente, tenha também já a sua associação dedicada ao estudo da cooperação - o Centro Moçambicano de Estudos Cooperativos.

Foi fundado recentemente, mas durante os dois anos que duraram a sua organização, a sua Comissão Organizadora promoveu diversos colóquios e a comemoração dos 41º e 42º Dias Internacionais da Cooperação. Foi também por sua iniciativa que se realizou em Lourenço Marques um colóquio, com Mr. Charles Topshere, do Antigonish Movement, do Canadá, além de três conferências e um curso de cooperativismo, em Lourenço Marques e Vila Pery, pelo Dr. Valdiki Moura, do Centro Nacional de Estudos Cooperativos do Brasil.

Estas iniciativas tiveram o mérito de unir, pela primeira vez, as principais cooperativas agrícolas daquela Província e a Cooperativa de Consumo da Casa do Funcionário, num esforço comum para suportar parte dos encargos resultantes.

O Centro Moçambicano de Estudos Cooperativos tem à sua frente o distinto cooperativista, o Engenheiro Agrónomo Homero Ferrinho.

Recebemos do Centro uma amável carta pedindo que o consideremos assinante do «Boletim Cooperativista».

Expressamos aqui os nossos mais entusiásticos votos para que o Centro Moçambicano de Estudos Cooperativos atinja plenamente os seus objectivos, como esperamos.

A convite do Centro Moçambicano de Estudos Cooperativos, Valdiki Moura, conceituado doutrinador cooperativista, secretário geral do Centro Nacional de Estudos Cooperativos (CNEC) do Brasil, realizou, no mês de Agosto passado, duas conferências em Lourenço Marques sobre «Cooperativismo como instrumento de acção e progresso social» e «Problemas das Cooperativas especializadas», além de várias lições sobre os fundamentos históricos e doutrinários do sistema cooperativo bem como os seus aspectos práticos. Uma das conferências foi proferida no anfiteatro do Liceu António Enes.

Às mesmas conferências assistiram centenas de pessoas de várias classes - engenheiros, advogados, professores, estudantes, funcionários públicos, empregados, operários, além de vários dirigentes de cooperativas. O Rádio Club de Moçambique e a imprensa de Lourenço Marques referiram-se com grande relevo às conferências e lições de Valdiki Moura.

Uma terceira conferência e aula, com duração de três horas, na qual houve animada discussão, tiveram lugar em Vila Pery.

Engenheiro Homero Ferrinho

Deste ilustre e esforçado cooperador, Presidente do Centro Moçambicano de Estudos Cooperativos, recebemos os seguintes livros, de que é autor, os quais agradecemos e vivamente recomendamos aos nossos leitores, principalmente aos mais interessados pelos problemas da Cooperação Agrícola e do desenvolvimento comunitário no Ultramar.

- «Algumas considerações sobre o desenvolvimento rural do negro e o movimento cooperativo» - Edição da Associação dos Naturais de Moçambique, Lourenço Marques.
- «O movimento cooperativista, a sua força, a sua doutrina, o seu objectivo» - Edição do Centro Moçambicano de Estudos Cooperativos, Lourenço Marques.
- «A Basutolândia e as suas Cooperativas rurais» - Separata da «Gazeta do Agricultor», n° 180, de Maio de 1964.
- «Agricultura Autóctone (algumas considerações básicas para o seu desenvolvimento)» - Edição de várias associações e entidades individuais de relevo em Moçambique, entre aquelas a Associação de Fomento Agrícola e Industrial de Moçambique.
- «Comercialização Agrícola Cooperativa» - Separata da revista «Agros», n° 5, 1963, Lisboa.

- «Cooperativismo (Apontamentos de Divulgação)» - Edição do autor - Lourenço Marques.

- «O interesse dos aspectos sociais no desenvolvimento rural» - Edição do Instituto do Algodão de Moçambique.

Fica registada a ligação direta dos líderes do cooperativismo de Moçambique aos movimentos e pensadores cooperativos de outros continentes, e os convites para conferências em Moçambique.

O Boletim, aliás, publica mesmo no seu nº 169, de novembro/dezembro de 1967, o programa de um curso com o título CURSOS SOBRE COOPERATIVISMO EM MOÇAMBIQUE, do qual se infere existir, face às matérias lecionadas, um vasto número de pessoas na colónia praticantes ou estudiosas do cooperativismo, quer no Centro, quer na co-organizadora Sociedade de Estudos de Moçambique.

Organizado pela Sociedade de Estudos de Moçambique e pelo Centro Moçambicano de Estudos Cooperativos, os quais muito devem ao espírito de iniciativa do nosso amigo Eng.º Homero Ferrinho, realizou-se no passado mês de Outubro um curso sobre Cooperativismo e Desenvolvimento Comunitário com a presença de alguns especialistas portugueses e estrangeiros de grande nomeada. Assim foram convidados para reger as várias lições desse curso os especialistas seguintes: Prof. Henrique de Barros, do Centro de Estudos de Economia Agrária da Fundação Gulbenkian, o Prof. Waldírio Bulgarelli, a Prof. D. Dina Benevides Pinho e o Prof. Carlos Marques Pinho (todos do Brasil) e Dr. Brossard (Canadá).

Pelo interesse que reveste esta iniciativa não queremos deixar de assinalar nas nossas colunas esta realização e felicitar aquele nosso amigo, publicando os tópicos do programa desse curso e ainda as finalidades da S.E.C. e do C.M.E.C.

SUMÁRIOS DAS LIÇÕES SOBRE COOPERATIVAS

I - PARTE INTRODUTÓRIA

Pré-história do Cooperativismo. Os precursores. A Revolução Industrial. Movimento de Rochdale e sua projecção internacional. Características do Movimento Cooperativo em sua expansão no início e nos dias actuais. Papel do Cooperativismo nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Tendências da legislação cooperativista no mundo contemporâneo. Papel do Estado. Necessidades de pesquisas preparatórias. Racionalização e metodização dos trabalhos. Vantagens da planificação cooperativista. Papel da educação na formação da liderança cooperativa. Técnicas adoptadas. Princípios doutrinários. Importância do cooperativismo na estruturação dos serviços comunitários. Interrelações cooperativas. Formas de integração. Problemas da produção e do consumo. Antagonismo e conciliação de interesses.

II – PARTE ESPECIALIZADA

A. Cooperativismo Escolar

Origens do cooperativismo escolar. Panorama geral do Movimento na França, Brasil e outros países. Suas realizações práticas. O cooperativismo nos currículos escolares e sua função pedagógica. Valor da solidariedade. Desenvolvimento da personalidade. Integração na escola. Integração do professorado. Formação da liderança. A cooperativa, a caixa escolar e outras formas associativas no âmbito escolar. Vantagens e desvantagens. Cooperativas para os diversos níveis de ensino. Como se organiza a cooperativa escolar. Cooperativas interescolares. Granjas e hortas escolares. Oficinas e artesanias escolares. Estímulos vocacionais. Formação do capital e sua integralização. Distribuição das sobras de exercício. Constituição de fundos sociais. Colaboração com a escola. Estrutura e administração das cooperativas escolares. Participação consciente dos alunos. Colaboração dos pais e da comunidade.

B. Cooperativismo de Consumo

Finalidade e importância da cooperativa de consumo. Significação para a economia individual e colectiva. Sua importância social e moral. Medidas preliminares para a fundação da cooperativa. Pesquisas. Avaliação do capital e formas de integralização e compensação. Deveres e obrigações dos associados. Instalação da cooperativa e sua organização interna. Produção própria. Abastecimento nas fontes directas. Interrelações cooperativas. Problemas de administração interna. Qualificação do pessoal e distribuição de tarefas. Formação de estoques. Armazenagem. Necessidade de regulamentos ou regimentos internos. Educação do consumidor. Selecção e conservação de produtos. Crítica dos sistemas de fornecimento. Auto-serviço. Integração do sistema. O problema fiscal. Crédito para consumo. Distribuição das sobras de exercício.

C. Cooperativismo Agrícola

Teoria da cooperativa de produção. Primado do consumidor e democracia do produtor. Tipos de cooperativas agrícolas. Cooperativas de produção e cooperativas de produtores. Cuidados e percalços iniciais na formação de cooperativas agrícolas. Clubes de compra. Pré-cooperativas. Pesquisas preliminares. Formação de liderança. Formação do capital e maneiras de integralização. Créditos de avaliação. Compensação do capital. Necessidades de fundos. Importância do fundo rotativo. Distribuição das sobras de exercício. Estrutura interna e administração das cooperativas agrícolas. Comercialização. Compras em comum. Industrialização. Necessidades de crédito. Pesquisas de Mercado. Cooperativas especializadas e de funções múltiplas. Vantagens e desvantagens aparentes. Importância das cooperativas em programas de desenvolvimento regional e em programas de Reforma Agrária. Relações intercooperativas. Integração do sistema. Papel do cooperativismo na estruturação da economia agrícola.

Sumários das Lições sobre Desenvolvimento Comunitário

A História e a Filosofia do Movimento de Antigonish relativa à Educação de Adultos e Desenvolvimento Comunitário.

A primazia do pessoal individual na Educação de Adultos e Desenvolvimento Comunitário.

Cooperação económica e reforma social na Educação de Adultos e Desenvolvimento Comunitário.

Dinâmica dos grupos e acção de grupo.

O último objectivo: Uma vida plena e abundante para cada um e para todos os membros da comunidade.

FINALIDADES DO C.M.E.C. e da S.E.C.

- Estimular o interesse pelos estudos cooperativos;
- Agregar os estudiosos do sistema e as cooperativas num esforço comum tendente ao desenvolvimento dum são Movimento;
- Realizar reuniões, privadas ou públicas, para apresentação e discussão de temas cooperativistas ou de assuntos de interesse para a vida da Secção e do Centro;
- Desenvolver a propaganda do cooperativismo como processo de reforma sócio-económica, alvitando para isso a criação de legislação adequada através da proposta de revisão das leis vigentes, sempre que o entenda de manifesta utilidade;
- Esclarecer o carácter evolutivo e pacífico do movimento universal cooperativo, que visa a emancipação sócio-económica das classes menos protegidas;
- Cooperar eficazmente com os órgãos oficiais, quando solicitado, na realização de cursos, estudo de projectos, reformas e outros esforços tendentes à expansão e fortalecimento do verdadeiro movimento cooperativo;
- Fomentar a criação de cooperativas através de círculos de estudo, como fase preparatória da sua organização;
- Pugnar pela introdução da doutrina cooperativa nos programas de ensino oficial e fomentar a criação de cooperativas escolares e clubes agrícolas;
- Organizar, à sua inteira responsabilidade, cursos sobre cooperativas, regidos por nacionais ou estrangeiros, nos termos ou condições previstas no regulamento de ensino particular na Província. Organizar cursos por correspondência, nas mesmas condições dos cursos previstos na alínea anterior;
- Promover excursões de natureza educacional cooperativa em território nacional ou estrangeiro;
- Promover a realização de congressos, com o objectivo de fortalecer o movimento pelas contribuições de estudiosos nacionais e estrangeiros que neles tomem parte;
- Realizar ou adquirir filmes educativos para exibição privada ou pública;
- Incentivar a edição de trabalhos sobre cooperativismo;
- Promover o intercâmbio cultural com organizações congéneres nacionais ou estrangeiras;
- Preparar inquéritos sociais, económicos e financeiros e estatísticos que interessem à apreciação e expansão do movimento cooperativo;
- Estimular a formação de uniões, federações e confederações de cooperativas e articulá-las às suas congéneres nacionais e estrangeiras;
- Editar um boletim, revista ou jornal com noticiário nacional e estrangeiro sobre o movimento cooperativo internacional;
- Instituir bolsas de estudo.

Os escritos de Valdiki Moura, de Diva Benevides Pinho e de Waldirio Bulgarelli foram publicados em Portugal e constituíram, para quem se iniciava no cooperativismo, um manancial fundamental de informação e reflexão. Henrique de Barros, que a convite de Ferrinho esteve em Moçambique nessa altura, viria a convidá-los, a par dos principais teóricos cooperativos franceses, estava já criado o Incoop em Portugal, para um Curso de Altos Estudos Cooperativos em que pude participar e de cujo trabalho final resultou o meu primeiro livro ⁽⁵⁾.

A parte final do artigo reproduzido é de importância fundamental para o conhecimento do verdadeiro projeto por detrás da criação do Centro de Estudos Cooperativos de Ferrinho. Revela, nas entrelinhas, o conhecimento que os líderes do mesmo tinham das modernas tendências formativas mundiais, designadamente do movimento dos círculos de estudo suecos ou das discussões sobre cooperativismo e paz que marcaram as reuniões da Aliança Cooperativa Internacional durante decénios.

Ferrinho procurou que Angola também tivesse o seu Centro de Estudos Cooperativos. Disso nos dá conta uma notícia publicada no Boletim nº 182, de janeiro de 1969.

A criação do Centro Angolano de Estudos Cooperativos

À semelhança do seu homónimo de Moçambique uma comissão organizadora meteu ombros à tarefa de criar um Centro de Estudos após a visita dos técnicos estrangeiros que recentemente se deslocaram a Angola. A iniciativa principal coube à Cooperativa «A Nossa Casa», depois dos contactos frutuozos havidos entre o principal impulsionador de Centro de Estudos de Moçambique Engº Homero Ferrinho e os dirigentes daquela cooperativa.

Desconhece-se a atividade do Centro de Estudos angolano. A cooperativa A Nossa Casa teve sede em Nova Lisboa, hoje Huambo, capital de uma região onde experiências de extensão agrária tiveram expressão importante, tornando-se natural que o agrónomo Ferrinho as visitasse.

Na internet encontramos esta referência a «palestras de iniciação cooperativa [proferidas] em Nova Lisboa, Angola / Homero Ferrinho. - Lourenço Marques: Centro Moçambicano de Estudos Cooperativos, 1968», o que dá a entender que pelo menos existiu uma sessão de divulgação cooperativa inicial.

4.3 A COOP

De todas as cooperativas criadas nas colónias portuguesas, aquela a que o Boletim Cooperativista mais destaque deu foi, sem dúvida, a Sociedade de Moçambique para o Fomento de Construção de Casas, a COOP.

Já a ela nos referimos aquando do destaque dado ao projeto de Banco Cooperativo, mas a sua obra, visível ainda hoje se recorrermos às novas tecnologias, caso do *Google Earth*, mereceu referências sucessivas que se deixam reproduzidas.

No Boletim Cooperativista nºs 140/141, de junho/julho de 1965, surge o artigo UMA COOPERATIVA QUE AGREMIA QUATRO MIL E QUINHENTOS COOPERADORES, escrito por I.R., reproduzido do jornal «O Comércio do Porto», de 26 de outubro de 1964.

Lourenço Marques (Outubro)

Moçambique possui uma das mais activas cooperativas portuguesas, utilizando aqui a palavra cooperativa na verdadeira acepção do termo, a qual agremia já 4.500 indivíduos, entre sócios efectivos, auxiliares e populares. Trata-se da Sociedade de Moçambique para o Fomento da Construção de Casas (COOP), fundada há treze anos e que atingiu agora mais uma etapa do seu crescimento ao inaugurar as instalações da sua sede, em edifício próprio recentemente adquirido, de cinco pisos, o qual ocupará totalmente, logo que resolva uma questão pendente sobre uma parte do rés-do-chão.

A aquisição do edifício agora inaugurado na parte já em funcionamento representa uma importante melhoria na vida da cooperativa, não só pelo que ela indica da vitalidade da agremiação, como ainda pelas possibilidades de ampliação de actividades que a referida instalação permitirá. De facto, e sem ter posto de parte o seu plano de construção de um edifício especialmente projectado para tal fim e muito maior, para o que já possui terreno no coração da cidade de Lourenço Marques, e no qual se abrigarão os serviços centrais da COOP e ainda a sede do Banco Popular de Moçambique em organização, as instalações agora inauguradas permitem, desde já, a par de melhores condições de trabalho para o Mealheiro Cooperativo, Serviços Administrativos e Serviços Técnicos, o início de trabalho de mais um departamento, o Departamento Cultural, que no edifício agora adquirido conta com uma «Sala Grande» destinada a sessões de cinema, conferências, exposições, concertos ou outras manifestações culturais, uma biblioteca, uma livraria e salas de aula.

O QUE SERÁ O DEPARTAMENTO CULTURAL

O Departamento Cultural da COOP permite à organização de que vimos falando a realização de um programa, em cuja base estará a divulgação dos temas cooperativos, e que está a planear-se, a fim de ser presente o seu regulamento a uma das próximas assembleias gerais, adentro das seguintes finalidades: edição de livros e melhoria do Boletim já existente, mas que tem saída irregular; livraria cooperativa; biblioteca a instalar no actual edifício e que será o núcleo central de uma série de outras a disseminar pelo território; criação de guias para o ensino do cooperativismo; instituição de bolsas de estudo para indivíduos que se queiram dedicar ao estudo do cooperativismo, quer ao nível secundário, quer ao nível superior; criação de sessões de cinema, de teatro e de recreio; promoção de conferências, recitais e concertos e patrocínio de exposições de arte. Uma das primeiras actividades do Departamento Cultural será a organização das I Jornadas Cooperativas, que terão início em 2 de Novembro próximo, e às quais serão presentes teses sobre problemas cooperativos de imediata aplicação, as quais serão estudadas primeiro em sessões de trabalho das respectivas Secções de estudo e, depois, em sessões plenárias.

UM BAIRRO QUE SE CONCLUI LEVA À CRIAÇÃO DE NOVOS DEPARTAMENTOS

Até ao presente, a Cooperativa construiu em Lourenço Marques 250 casas. A maioria delas, mais de 200, estão construídas em terreno que a cooperativa comprou e depois foi urbanizado, e constituem agora o Bairro COOP. A ocupação desse enorme terreno está a atingir o seu fim, faltando apenas construir os blocos residenciais de propriedade horizontal que farão face para a Avenida de Nossa Senhora de Fátima e o Centro Cívico. Três desses blocos têm já os respectivos projectos entregues às autoridades camarárias para licenciamento de construção. Quanto ao Centro Cívico, tem o seu projecto em estudo, devendo ser presente muito brevemente à Assembleia Geral para aprovação. Incluirá escola, parque para adultos e parque infantil, piscina, biblioteca e salas de convívio, salas de festas para os associados organizarem as suas festas de aniversário, de casamento ou outras, etc. Com a construção do Centro Cívico, a COOP alargará automaticamente a sua actividade a outros departamentos, tendendo a resolver o problema do abastecimento do Bairro e dos seus associados, criando tantos departamentos quantos os necessários a esse abastecimento, um por cada especialidade. A COOP conta que a actividade desses departamentos, entre os quais estará também uma cooperativa de consumo, constitua uma importante escola de treino para os seus dirigentes.

O MEALHEIRO COOPERATIVO E O BANCO POPULAR DE MOÇAMBIQUE

Deixamos para o fim esta importante actividade da COOP, a qual beneficia agora, com as novas instalações, de possibilidades de trabalho adentro da maior eficiência. O «Mealheiro Cooperativo», que deve ser a primeira Caixa Económica Cooperativa do território português, possui equipamento moderníssimo, tal como uma máquina electrónica de contabilização e cálculo, para registo de todas as suas operações, incluindo a contagem de juros diários, no que foi a pioneira em Moçambique.

O seu movimento e importância resumem-se nos seguintes significativos números: movimento total desde a criação, 410 mil contos; movimento total nos primeiros nove meses de 1964, 90 mil contos; nos mesmos nove meses foram feitos 25 mil depósitos e 9 mil reembolsos; o aumento de movimentos em 1964 em relação ao ano anterior é de 17%; o valor dos depósitos actualmente em caixa é de 24 mil contos.

É com base nesta caixa económica cooperativa que se está a organizar o Banco Popular de Moçambique, o qual será o primeiro Banco cooperativo português a juntar-se aos numerosos já existentes em todo o mundo.

Do Boletim da COOP, vamos extrair um resumo dos fins do Banco Popular, com o qual encerraremos este texto: «Ele irá às povoações oferecer os seus serviços e crédito. Ele mostrará exemplos vivos de promoção sócio-económica conseguida por povos de outras latitudes, por meio da instituição de cooperativas agrícolas, apoiadas por crédito cooperativo inteligente. Ele ensinará que através do auxílio mútuo activo se chega rapidamente a saudáveis estádios de progresso. Ele inspirará a criação de caixas de crédito cooperativas as quais mobilizarão avultadas somas que, naturalmente, serão aplicadas na produção de riqueza, na promoção social e no auxílio do homem. Ele ajudará a criação de um sector cooperativo extenso e forte, pelo auxílio que dará à construção de cooperativas-padrão, disseminadas no território, em locais aconselháveis».

A inauguração das novas instalações da sede da COOP, em edifício próprio, em Lourenço Marques, foi marcada por várias iniciativas, tais como uma sessão que incluiu o descerramento de uma lápide aos pioneiros cooperativos, uma palestra sobre cooperativismo e a projecção de um filme cooperativo, além de outras. Essas iniciativas foram iniciadas como uma reunião para que foram convidados todos os órgãos de informação de Moçambique. O «Comércio do Porto», pela atenção que lhe merecem os problemas cooperativos de Moçambique, foi especialmente convidado para essa reunião, onde esteve representado pelo seu correspondente. Tal deferência é tanto mais de salientar, se registarmos ter sido o único órgão de informação metropolitano representado em Moçambique a merecê-la.

No Boletim Cooperativista nº 186, de maio de 1969, surge publicada nova notícia:

COOP de Moçambique - Na vanguarda do progresso

Esta cooperativa cuja vitalidade se afirma dia a dia, lançou há pouco o jornal «O Cooperador de Moçambique» de aspecto moderno e dinâmico. Depois da construção de casas de cujo bairro COOP demos em número anterior uma panorâmica, a actividade da cooperativa abarca já a livraria cujas magníficas instalações tivemos o prazer de apreciar através de diapositivos que o nosso querido amigo Dr. Oliveira Nunes expôs numa memorável conferência que fez em Lisboa na Associação dos Inquilinos, e parece ir estender-se à criação de um supermercado em moldes ímpares na Província. Neste momento a cooperativa tem mais de 10.000 sócios interessados nas diversas secções em especial na secção Mealheiro Cooperativo cujo movimento sobe de um modo acentuado de ano para ano.

E um ano depois, no Boletim Cooperativista nº 203, de outubro de 1970, a COOP é de novo dada a conhecer aos leitores do Boletim Cooperativista:

A COOP de Lourenço Marques

A COOP mantém ainda o Banco Popular, o Mealheiro, Livraria e - em breve - possuirá um dos melhores supermercados da cidade.

No domínio das iniciativas apontam-se a exposição de pintura, o Salão Internacional de Dispositivos a Laves, Feira do Livro Brasileiro, Colóquios sobre o Cinema, etc.

A COOP edita ainda «O Cooperador de Moçambique», com uma tiragem de 11.500 exemplares.

Para a juventude - futuros adultos cooperadores - foi criado o cheque infantil.

Finalizamos estas informações com a notícia de que em Dezembro de 69 foi realizado o primeiro Prémio anual de aforro no valor de 150 contos.

Em Catumbela, próximo de Lourenço Marques está erguido um dos mais bem apetrechados conjuntos humano-urbanos.

No bairro Coop tudo foi previsto, sobretudo com atenção especial para os equipamentos sociais: o Centro Social, mercado, escolas, piscinas, posto médico, espaços verdes e jardins.

Vê-se pois que o aspecto humano - fundamental no Cooperativismo - é aqui tomado na devida conta e sobretudo num sector - a construção urbana - onde a especulação e corrupção tanto predominam.

Por isto o número de associados, em subida constante, é de mais de 14.000.

O interesse do Boletim na COOP não se esgota, já que no Boletim Cooperativista nº 222/223, de junho/julho de 1972, dá nota da visita do seu editor, Faustino Cordeiro, à cooperativa:

O SECRETÁRIO-GERAL DA UNICOOPE VISITOU «COOP» - MOÇAMBIQUE

A convite da COOP - Sociedade Cooperativa de Moçambique para a Construção de Casas, visitou as suas instalações em Lourenço Marques, bem como as de outras cooperativas agrícolas e de consumo, Faustino Cordeiro, Secretário-Geral da UNICOOPE e director do B.C.

A visita destinou-se principalmente a um amplo exame e debate acerca dos problemas referentes ao sector cooperativo relacionado com a actividade da COOP. Aproveitando o facto, os Corpos Gerentes desta proporcionaram a possibilidade de contacto e observação de actividades das Cooperativas de «Criadores de Gado» e «Agricultores a Sul do Save», e ainda das Cooperativas de Consumo da Casa do Funcionário de Lourenço Marques e Beira.

No âmbito da visita foram feitas várias reuniões com os corpos sociais da COOP e de impressões com as direcções de ambas as cooperativas indicadas e bem assim uma reunião geral - facto raro - de todas elas, onde foram debatidas as possibilidades de colaboração mútua em vários campos, com relevo especial no capítulo da formação cooperativa.

Registe-se o apreço e a consideração dispensada por todos os corpos sociais da COOP ao director do B.C. e a franqueza que presidiu a todos os debates onde foram examinadas as virtudes e deficiências da obra realizada pela maior cooperativa existente em território metropolitano ou ultramarino. Registe-se ainda a colaboração permanente que deu às sessões de trabalho muitas vezes com prejuízo dos seus afazeres profissionais a grande maioria dos membros dos corpos sociais chefiados pelo Dr. Henrique Soares de Melo, Dr. Ney Ferreira e Dr. Nunes Correia e saliente-se finalmente a influente contribuição dada, devido aos conhecimentos pormenorizados de todos os aspectos e problemas da cooperativa, do principal obreiro da COOP, Dr. Oliveira Nunes.

Em artigo separado do mesmo número, surge publicado o relato do que Cordeiro pessoalmente viveu na sua visita à COOP. Intitulado PANORÂMICA GERAL DA «COOP» EM MOÇAMBIQUE, nele pode ler-se:

Mais de 16000 sócios, um bairro em Lourenço Marques com nove edifícios de 12 pisos, um mealheiro cooperativo com duas dependências na cidade, um supermercado, uma discoteca, um posto de gasolina, estaleiro de construção civil, a melhor livraria da cidade, mais de 600 empregados, eis em síntese a COOP de Lourenço Marques, obra construída no decorrer de 20 anos, pela vontade indómita de alguns homens que acreditaram nas possibilidades do cooperativismo.

Fundada em 1951 como cooperativa de construção de casas, à semelhança de muitas que se constituíram na metrópole, e inspirada noutras experiências estrangeiras, a COOP - Sociedade de Moçambique para o Fomento da Construção de Casas, apresenta hoje um carácter polivalente verdadeiramente singular.

A actividade de construção de casas

A modalidade até agora praticada pela COOP é a da construção de casas para serem vendidas aos sócios, aos quais podem ser prestados serviços diversos para ampliação, reparação ou manutenção daquela. No entanto, está prevista também a possibilidade de construção de casas para arrendamento aos cooperativistas. Naquela modalidade a cooperativa tinha construído até ao final de 1970 centenas de habitações as quais beneficiaram um apreciável número de famílias.

Essas habitações distribuem-se ou sob forma de grandes imóveis para apartamentos, ou por moradias de diversos tipos.

Para desenvolver a construção de habitações a cooperativa tem um amplo estaleiro onde desde os blocos de betão até ao mobiliário base, tudo é fabricado por operários especializados, muitos deles formados profissionalmente na própria cooperativa.

A actividade da COOP de Lourenço Marques, em termos quantitativos, avalia-se olhando para o balanço onde os valores do activo atingem mais de meio milhão de contos, e o capital e fundos ultrapassam os 67000 contos.

Dos 16374 sócios que a cooperativa possui nas várias modalidades, 5663 estão interessados na construção de uma casa.

Mealheiro Cooperativo

A ideia a todos os títulos magnífica e que honra o espírito cooperativo da Coop e do «Cooperador de Moçambique» merece o nosso inteiro aplauso. Esperamos que a Câmara Municipal de Lourenço Marques saiba corresponder.

Uma actividade do maior interesse - até pelo magnífico exemplo que fornece - é a do Mealheiro Cooperativo, que só ainda se não transformou em Banco Popular devido a peias burocráticas e outros factores que não é difícil imaginar. Desde 1962 que foi apresentada uma petição nesse sentido. De qualquer modo, com duas dependências o Mealheiro interessa hoje à totalidade dos sócios, mas especialmente à camada economicamente mais débil - os sócios populares, num total de 1652 (em 1970) - que nele encontram, conforme se vê pela leitura dos relatórios, crédito para a construção e reparação de casas, para casamentos e baptizados, para instrução e para resolução de outras dificuldades financeiras.

Livraria e discoteca

Pode dizer-se, sem favor, que a COOP tem a melhor livraria de Lourenço Marques, e, que interessados neste sector se encontram inscritos 2104 sócios. O número de livros vendido, em 1970, atingiu os 59268, a preços, dum modo geral, inferiores aos do mercado. Está já prevista, e em últimos retoques uma nova dependência da livraria no Bairro da COOP. Também a discoteca recentemente inaugurada nesse bairro, pôs à disposição dos jovens o disco a mais baixo preço.

Posto de abastecimento de gasolina

Outra recente criação, interessando evidentemente a camada de associados que possui automóvel, foi a do posto de gasolina, que é fornecida àqueles com um desconto, facto que não deixou de suscitar reacção entre a concorrência lucrativista.

Supermercado Luz

Na sua polivalência a cooperativa muito inteligentemente, quanto a nós, resolveu criar uma secção de supermercado destinada a todos os habitantes actuais do bairro COOP, e a outros associados que se venham a inscrever posteriormente. Já montado e equipado com o material mais moderno aguardou durante meses a devida autorização de funcionamento. Neste momento em que a autorização já existe, está a ser recrutado o pessoal responsável. Prevê-se um assinalável êxito para o empreendimento.

Ação cultural

A cooperativa possui um departamento cultural que tem desenvolvido um assinalável trabalho em dois sentidos: por um lado fornecer aos associados meios de cultura e informação nas melhores condições, por outro divulgar e valorizar a obra de artistas menos conhecidos, através da promoção de exposições, concursos e publicação de estudos no jornal associativo. A cooperativa tem assim contribuído para a revelação de artistas de cor, e a sua sala de exposições é já bem conhecida nos meios cultos da cidade.

Um dos objectivos do jornal «O Cooperador de Moçambique», distribuído a todos os associados, é dar a estes um melhor conhecimento dos objectivos e realizações da sociedade.

Formação cooperativa

Pode dizer-se que aqui está o calcanhar de Aquiles da Cooperativa. Na verdade, apesar do muito já feito, pode dizer-se que não foi desenvolvido ainda o esforço necessário, ou pelo menos o mais adequado, para uma formação cooperativa efectiva dos sócios, do pessoal e dos próprios dirigentes. De resto, isso é notório na falta de participação dos cooperativistas na vida associativa e na dificuldade de recrutamento de dirigentes. Se a cooperativa atingiu, de longe, a maior dimensão e o maior número de objectivos, entre todas as que existem na Metrópole e no Ultramar, a verdade é que nesse ponto – descontada a notável acção cultural – as limitações são quase idênticas. Mesmo assim, para se ser justo e em termos de comparação com cooperativas do sector de construção, pode dizer-se que esta é talvez a única que fez algo de visível neste campo, pois que saibamos, quer em acção cultural quer em formação cooperativa a actividade dos restantes é praticamente nula.

A situação do pessoal

Em relação ao pessoal constata-se que a cooperativa fornece cerca de 600 empregos, número que aumenta substancialmente nos períodos de maior intensificação da construção. Verifica-se ainda que as suas oficinas são instrumento de promoção profissional, facto mais sensível em relação às classes mais desfavorecidas da população.

Nas instalações da COOP existe ainda um bem apetrechado posto médico e está em vias de acabamento uma instalação para recreio e cultura dos empregados.

Perspectivas futuras

Pode dizer-se que a COOP atingiu um ponto que devemos considerar decisivo. Nascida como cooperativa de construção de casas mas com objectivos mais largos, os militantes mais responsáveis, entre os quais se encontram ainda alguns fundadores, encaram hoje este dilema sério: ou a cooperativa consegue penetrar junto das camadas mais débeis da população, ou não conseguirá corresponder aos ideais para que foi criada. Julgamos que o Mealheiro Cooperativo, as secções de consumo criadas, e outras secções mais adequadas e mais próximas das áreas onde vivem essas pessoas, poderão resolver este problema.

Se esta acção já empreendida tiver a continuidade que esperamos, a COOP poderá ser efectivamente um dos melhores instrumentos ao serviço das populações e do desenvolvimento de Lourenço Marques, não podendo esquecer-se, no entanto, que tal papel também depende de condicionalismos económico-políticos que lhe são completamente estranhos.

ALGUNS NÚMEROS SOBRE A «COOP» - ANO DE 1970

Sócios - 16.374

DEPÓSITOS EM CONTOS

Mealheiro - 166.143

Valores do activo - 500.219

Soma do passivo - 432.963

Capital e fundos - 67.940

Receitas - 24.587

Despesas - 24.476

VALORES EM NÚMEROS ABSOLUTOS

Livros vendidos - 59.268

Consultas médicas - 1.471

Curativos - 21.666

Doentes atendidos - 7.605

Correspondência expedida - 16.930

Correspondência recebida - 14.995

Fundada no mesmo ano em que o Boletim Cooperativista se começou a publicar, a COOP deverá ter sido a maior cooperativa que existiu em Portugal. Rivalizando em número de membros com a Piedense, esta não se espalhou por tantas atividades, já que o seu núcleo duro estava no consumo e não na construção de habitações e posterior equipamento comercial e, na expressão dos próprios, humano, do bairro habitacional.

A disponibilização de uma secção de Mealheiro, tipo caixa de aforro, de abastecimento em gasolina, de atividades artísticas e culturais, de um supermercado e posto médico é algo que as cooperativas de hoje só intercooperando poderão vir a reproduzir. Mas para elas fica o registo de que foi possível lá chegar em duas décadas de vida, paulatinamente, democraticamente certamente e, na ex-colónia em causa, sem discriminação racial evidente.

4.4 Notícias dispersas do Ultramar

No Boletim Cooperativista nºs 140/141, de junho/julho de 1965

COOPERATIVA DOS INDUSTRIAIS DE PEIXE SECO DE PORTO ALEXANDRE

O Relatório de Exercício de 1964 indica-nos que esta cooperativa exportou 211.223 volumes de peixe seco, no valor de 31.131 contos, ou seja mais 31.227 volumes e 5.138 contos que em 1963. A cooperativa detém quase 50% do total da exportação de peixe seco pelo Distrito de Moçâmedes.

As nossas saudações.

COOPERATIVA AGRO-PECUÁRIA DA GANDA

Desta cooperativa, cuja sede é em Vila Mariano Machado, Angola, recebemos o Relatório da Direcção de 1964, o que agradecemos.

Cita o mesmo documento as dificuldades não só derivadas da actual situação com o comércio do café como também de haver ainda uma razoável percentagem de sócios que, por falta de fundos, se vêem obrigados a vender o café a intermediários e portanto não o entregam à Cooperativa. Esta espera, no entanto, resolver este importante problema, por meio de financiamento através de estabelecimentos bancários.

O Relatório faz apelo aos associados para verdadeiramente se enquadrarem nos objectivos da Cooperativa e assim dela poderem beneficiar.

Fazemos votos por que os agricultores de Ganda correspondam ao apelo da sua cooperativa.

A Actividade da Cooperativa do Cunene

Luanda - Cifra-se aproximadamente em 2500 contos o rendimento anual das transacções efectuadas pela Cooperativa do Cunene, que tem intensificado a produção de tomate, pois já forneceu 6 milhões de plantas para cobrir uma área de produção de cerca de 500 hectares, o que permite uma perspectiva de mil toneladas de concentrado de tomate.

Sabe-se não haver qualquer problema na colocação do produto, pois um quinto da produção destina-se a suprir as carências da Província, sendo o excedente inteiramente absorvido pelos Estados Unidos da América.

A Cooperativa «Alegria pelo Trabalho» atingiu os 5000 associados

Segundo um boletim informativo publicado no jornal «A Província de Angola», esta cooperativa de construção de casas em regime de propriedade resolúvel, atingiu os 5000 associados no ano de 1968.

Para quando a União das Cooperativas de Consumo de Angola?

Não há muito tempo algumas cooperativas de consumo pareciam estar interessadas em resolver os problemas levantados pela importação de produtos metropolitanos e pela necessidade de defesa dos golpes dirigidos contra a sua acção através da criação de uma União. Uma das cooperativas chegou mesmo a obter um modelo de estatutos para tal, que foi elaborado pelo Departamento de Formação Técnica e Cooperativa da UNICOOPE. Afinal nada se passou nem os cooperadores de consumo angolanos deram mais sinal de si. Porque esperam? É tempo de meditar no 6º Princípio da Cooperação, segundo a sua nova redacção, aprovado por organizações cooperativas de mais de 50 países: «Cooperar ao nível local, regional e nacional com as outras unidades cooperativas».

Cooperativa Agro-Pecuária da Ganda - renovação de quadros

Assinala o relatório desta cooperativa que embora a posição no sector de comercialização seja animadora, alguns sócios criam dificuldades financeiras por não saldarem os seus compromissos a tempo. Este facto saliente deve fazer pensar a massa associativa num momento em que a Direcção foi substituída. Verifica-se assim que a situação financeira, ao examinar-se o balanço, não é famosa e nisso avultam os altíssimos débitos dos associados. Examinando as contas das secções vê-se que a secção de torrefacção deu um excedente de 60 contos, a de adubos e insecticidas de 122 contos, enquanto a secção comercial e administrativa deu um prejuízo de 120 contos.

LUANDA: LIVRÚNUM, uma Cooperativa Livreira

Durante o ano que findou, um grupo de professores, alunos e outros interessados fundaram em Angola, Luanda, a primeira cooperativa cultural.

O que se pretende não é, como é evidente, a prática dum interesse de carácter económico, mas antes a participação activa numa iniciativa de interesse cultural.

Particularizando, é objectivo de «Livrínium» oferecer:

1º livros e artigos de papelaria a preços mais acessíveis; 2º uma secção de encomendas eficiente e barata; 3º comparticipação nos lucros; 4º um serviço de documentação: microfímes, cópias e fotocópias; 5º uma biblioteca seleccionada com leitura domiciliária, inclusive pelo correio; 6º uma informação bibliográfica completa e actualizada; 7º exposições de livros com obras de interesse; 8º edição de trabalhos nacionais e estrangeiros de maior oportunidade; 9º um ambiente intelectual convidativo; 10º a oportunidade de participar numa obra de interesse cultural.

Deste conjunto de notícias e das outras ou dos artigos que fomos recolhendo do Boletim, constata-se que com excepção do crédito agrícola, os restantes ramos que a metrópole viu serem desenvolvidos sob forma cooperativa nas décadas de 50 a 70 do século passado também foram desenvolvidos nas colónias de Angola e Moçambique.

Com maior sucesso na construção de casas, mas menos no consumo do que na metrópole, certamente por causa do débil poder consumista das populações locais, mesmo se urbanizadas, o movimento cooperativo lusófono nos dois territórios ultramarinos desenvolveu-se com algum sucesso e terá deixado quem, após a independência dos territórios, o continuasse a desenvolver.

O Boletim Cooperativista chegava a alguns locais desses territórios, e com ele o pensamento de Sérgio e discípulos. É precisamente com o artigo HOMENAGEM A ANTÓNIO SÉRGIO, de Faustino Cordeiro, publicado no Boletim Cooperativista nºs 183 e 184, de Fevereiro/Março de 1969, que terminamos este nosso levantamento comentado:

A Cooperativa de Construção de Casas de Lourenço Marques propôs à Câmara Municipal que seja dado o seu nome a uma rua da cidade e decide erguer um busto do grande pensador.

Segundo a informação que recebemos do nosso querido amigo Dr. Oliveira Nunes, a Sociedade de Moçambique para o Fomento da Construção de Casas, também conhecida pela «Coop de Lourenço Marques», dirigiu à Câmara Municipal de Lourenço Marques um ofício nos termos seguintes: Ex.mos Senhores Presidentes e Vereadores da Câmara Municipal de Lourenço Marques.

1. Pela presente temos a honra de informar VV. Ex.as de que a Cooperativa signatária acompanha entusiasticamente a iniciativa de «O Cooperador de Moçambique», formulando a essa Ex.ma Câmara o pedido de ser dado o nome de António Sérgio à rua ainda sem nome que, ligando a Rua General Bettencourt à Av. Augusto de Castilho, serve os prédios em propriedade horizontal, já habitados (PH1 a PH4).

2. Aproveitamos a oportunidade para comunicar a VV. Ex.as que esta Cooperativa em homenagem complementar à memória de António Sérgio, insigne português, escritor, dos maiores que a nossa história registou, historiador, pedagogo e pioneiro do cooperativismo em Portugal, decidiu erigir o seu busto nos jardins, anexo aos referidos prédios, em local a fixar. A oferta que esta Cooperativa se propôs conceder à cidade de Lourenço Marques, tão pobre em monumentos, não só vem enriquecer o seu património artístico como a valorizará espiritualmente por ser eventualmente a primeira cidade portuguesa a homenagear tão ilustre como insigne português.

3. Apresentaremos a VV. Ex.as a expressão da mais elevada consideração e apreço.

Notas:

- (1) Boletim Cooperativista - António Sérgio e Discípulos - Coleção Estudos de Economia Social, nº 2, CASES, 2012

Boletim Cooperativista - Fernando Ferreira da Costa - Coleção Estudos de Economia Social, nº 4, CASES, 2013
- (2) A OCPLP é hoje presidida pela OCB - Organização das Cooperativas brasileiras, tendo na direção a UNACA - Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agropecuárias de Angola e a CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social de Portugal. Possui membros de todos os países lusófonos.
- (3) Por exemplo em 'Cooperativismo - Objectivos e Modalidades', obra colectiva dirigida pelo próprio António Sérgio, em edição da Centrocoope.
- (4) Em todos os artigos citados, enquadrados por caixa, usa-se a grafia da época e não se corrigiram as imprecisões dos textos originais.
- (5) Cooperação e Intercooperação, Livros Horizonte, 1982

João Salazar Leite

abril 2013

Boletim Cooperativista - O Cooperativismo nas Ex-colónias / João Salazar Leite

Ao preparar as anteriores obras sobre os contributos de António Sérgio e de Fernando Ferreira da Costa para o Boletim Cooperativista criado em 1951, deparei-me com significativo número de artigos e notícias sobre o cooperativismo português nas ex-colónias.

Porque a CASES é o motor da OCPLP – Organização Cooperativista dos Países de Língua Portuguesa, associação de direito português existente desde 1991, quis-se deixar este testemunho para fazer parte também das histórias cooperativas de Angola e Moçambique, os países de que falam as notícias e artigos.

Quiçá reações ao que surge escrito possam, um dia, justificar uma edição em livro que atualize a presente edição on line.

João Salazar Leite é licenciado em Direito, dedicando-se a assuntos cooperativos desde 1976.

É autor de várias obras sobre cooperativismo e de artigos publicados em diversas revistas de estudos sobre as temáticas cooperativa e da economia social.

Trabalhou também no Parlamento europeu e em assuntos de turismo e emprego.

Representou o Inscoop e a CASES na União Europeia, na Aliança Cooperativa Internacional, na OCDE, no PNUD e noutras organizações internacionais de estudos e investigação cooperativa.

Contacto de João Salazar Leite online:

joaoleite@cases.pt
www.cases.pt